



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
11ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2008



11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional
Mitchelson Rodrigues da Silva

Seção de Administração Financeira
Robson Pereira Costa

Seção de Recursos Humanos
Louis Gustavo de Oliveira Vila Nova

Seção de Policiamento e Fiscalização
Waldecy Marques da Silva Filho

Seção de Corregedoria
Antonio Vital de Moraes Junior

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. Identificação..... | 5 |
| 2. Objetivos e Metas institucionais e/ou programáticos..... | 5 |
| 2.1. Responsabilidades Institucionais - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 5 |
| 2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas..... | 7 |
| 2.2.1 Estrutura Organizacional da Unidade no Exercício de 2008..... | 8 |
| 2.2.2 Identificação das Unidades Descentralizadas..... | 10 |
| 2.3. – Programas..... | 12 |
| 2.3.1 – Programa 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal..... | 12 |
| 2.3.1.1 - Dados Gerais..... | 12 |
| 2.3.1.2 - Principais Ações..... | 12 |
| 2.3.1.3 - Gestão das Ações..... | 13 |
| 2.3.2 – Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais..... | 20 |
| 2.3.2.1 – Dados Gerais..... | 20 |
| 2.3.2.2 – Principais Ações..... | 20 |
| 2.3.2.3 – Gestão das Ações..... | 21 |
| 2.3.3 – Programa 0750 – Apoio Administrativo..... | 34 |
| 2.3.3.1 – Dados Gerais..... | 34 |
| 2.3.3.2 – Principais Ações..... | 34 |
| 2.3.3.3 – Gestão das Ações..... | 35 |
| 2.4 – Desempenho Operacional..... | 39 |
| 2.4.1 – evolução de gastos gerais..... | 50 |
| 3.Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos..... | 50 |
| 4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores..... | 50 |
| 5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas no Exercício)..... | 50 |

| | |
|--|----|
| 5.1 – Créditos Recebidos..... | 51 |
| 6. Previdência Complementar Patrocinada..... | 51 |
| 7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos..... | 51 |
| 8. Renúncia Tributária..... | 52 |
| 9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia..... | 52 |
| 10. Operação de Fundos..... | 52 |
| 11. Despesas com cartão de crédito..... | 52 |
| 12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno..... | 52 |
| 13. Determinações e recomendações do TCU..... | 65 |
| 14. Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.... | 66 |
| 15. Dispensas de Instaurações de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado..... | 67 |
| 16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos..... | 67 |
| 17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão..... | 68 |
| 17.1 – AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO – AÇÕES 8692 e 4572..... | 68 |
| 17.2 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – AÇÃO 2000..... | 74 |
| 18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins..... | 75 |
| 18.1 – CONCLUSÃO..... | 75 |
| ANEXO ALFA – Planilha de Apuração Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas..... | 77 |
| ANEXO BRAVO – Declaração Contador..... | 78 |

1. Identificação

| | | |
|--|---|--------|
| Nome Completo da unidade e sigla | 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal – 11ªSRPRF/PE | |
| CNPJ | 00.394.494/0108-75 | |
| Natureza Jurídica | Órgão da Administração Direta do Poder Executivo | |
| Vinculação Ministerial | Ministério da Justiça | |
| Endereço completo da Sede | Avenida Antônio de Goes, 820 – Pina, Recife – PE, CEP 51.010-000 – Tel (081)3464-0708 | |
| Endereço da página institucional na <i>internet</i> | www.dprf.gov.br | |
| Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União. | Criação: Lei nº 8.028 de 12/04/1990 DOU 13/04/1990, estrutura organizacional: Portaria MJ nº 1.375 de 02/08/2007 DOU 06/08/2007 | |
| Código da UJ titular do Relatório | 200113 | |
| Código das UJ abrangidas | Não consolida outras unidades | |
| Situação da unidade quanto ao funcionamento | Em funcionamento | |
| Função de Governo predominante | Segurança Pública | |
| Tipo de Atividade | Segurança Pública das Rodovias Federais | |
| Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI | Nome | Código |
| | 11ª SRPRF | 200113 |

2. Objetivos e Metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades Institucionais - PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

Preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

Exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

- a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;
- b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;
- c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e
- d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;
- e) Executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;
- f) Planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;
- g) Realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;
- h) Assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;
- i) Elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- j) Manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;
- l) Executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;
- m) Informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;
- n) Promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;
- o) Credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;
- p) Assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e
- q) Planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

Para atingir esses objetivos o Departamento de Polícia Rodoviária Federal gerencia e executa como principais os seguintes programas e ações de governo:

| PROGRAMAS | AÇÕES |
|---|--|
| Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal | Construção e Ampliação de bases Operacionais e Unidades |
| | Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal |
| | Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação |
| | Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal |
| | Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para policiamento da Malha Rodoviária |
| Segurança Pública nas Rodovias Federais | Capacitação do Policial Rodoviário Federal |
| | Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais |
| | Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF |
| | Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal |
| | Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal |
| | Atividades de Saúde nas Rodovias Federais |
| | Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais |
| | Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação |
| | Publicidade de Utilidade Pública |
| | Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas |
| | Apoio Administrativo |
| Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes | |
| Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregado | |
| Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados | |

A execução em especial do Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais e as suas ações Policiamento ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais, Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal, Serviço de Inteligência da PRF, Atividades de Saúde nas Rodovias Federais e Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais, sem desconhecer a importância e necessidade dos demais, se constitui no carro chefe de trabalho da PRF e no relacionamento direto com a sociedade.

A demanda social por segurança em especial é a principal mola propulsora do trabalho da PRF fazendo com que as propostas de trabalhos finalísticos busquem suprir este clamor. Nos últimos anos também estamos vivendo um grande aumento nas ações ligadas a saúde dos profissionais do volante como caminhoneiros, carreteiros e motoristas de ônibus, onde nos eventos denominados Comandos de Saúde nas Rodovias esses usuários têm a oportunidade de aferir seus principais indicadores de saúde.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

As atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco são difundidas em todo o Estado de Pernambuco, dada a sua estruturação que contempla oito delegacias e vinte postos distribuídos estrategicamente ao longo do Estado, e ainda, o hangar situado no aeroporto Gilberto Freire e a sede na cidade de Recife.

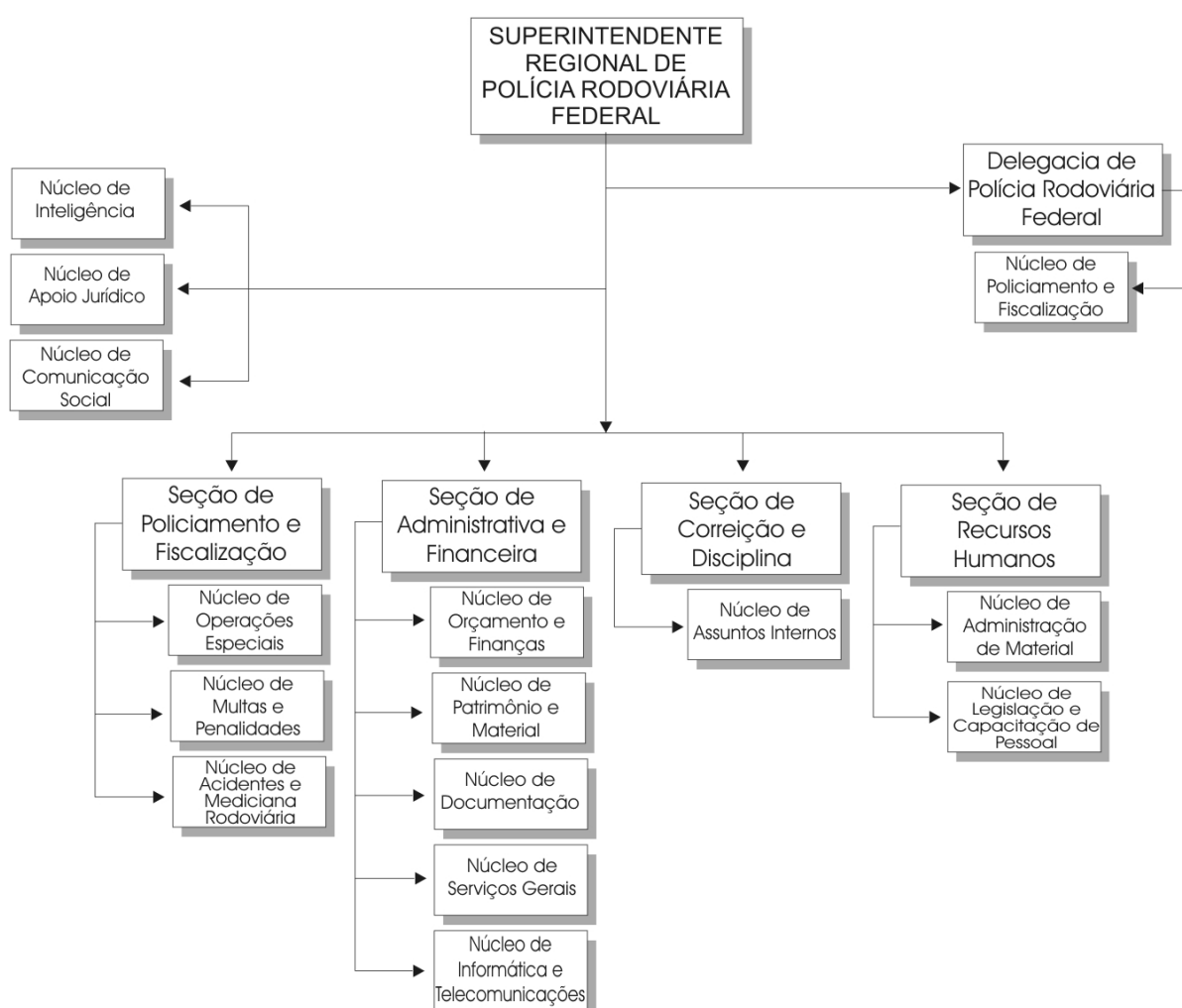
O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere à 11ª Superintendência Regional um perfil institucional que a qualifica como o executora de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

A 11ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal vem desenhando suas linhas de ação,

buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Policial Rodoviária Federal.

Assim, buscamos, a cada dia, adequarmos a estrutura organizacional existente, para atender as frequentes mudanças na legislação, como o ingresso de novas atribuições regimentais, bem como, para atender a demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, Acordos e Cooperação Técnica e demais Parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta, sendo que a estrutura organizacional atual é a seguinte:

2.2.1 Estrutura Organizacional da Unidade no Exercício de 2008



Unidade Regional: 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Pernambuco UG 200113

Equipe Administrativa:

Superintendente: Mitchelson Rodrigues da Silva

Superintendente Substituto: Waldecy Marques da Silva Filho

Seção de Policiamento e Fiscalização: Waldecy Marques da Silva Filho

Seção Administrativa e Financeira – Robson Pereira Costa

Corregedoria Regional: Antonio Vital de Moraes Junior

Seção de Recursos Humanos: Louis Gustavo Oliveira Vila Nova

Núcleo de Apoio Jurídico Regional: Eduardo Pereira de Siqueira Campos

Núcleo de Comunicação Social: Eder Rommel de Carvalho Andrade

Núcleo de Operações Especiais: Carlos André da Conceição Costa

Núcleo de Acidentes e Medicina Rodoviária: Fabio do Amaral Fernandes Pires

Núcleo de Multas e Penalidades: Fausto Serafim Ferraz Gominho

Núcleo de Orçamento e Finanças: Edvaldo Pedro da Silva

Núcleo de Serviços Gerais: Alberto Rodrigo Fernandes Carício

Núcleo de Patrimônio e Material: Rejane de Sá Ribeiro Arruda

Núcleo de Informática e Telecomunicações: José Sandoval Corrêa da Silva

Núcleo de Documentação: Fausto Pereira Gomes de Sá

Núcleo de Administração de Pessoal: Luis Vitorino de Sousa Filho

Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal: Renato de Cerqueira Antunes Borges

Núcleo de Assuntos Internos Substituto: Antonio Marcos Melo Guedes

Chefes de Delegacias:

Ivair Queiroz de Albuquerque

José Risonaldo da Silva

Francisco Fabio Parente Saraiva

Nilson Sá Pereira Spencer de Holanda

Unidade Regional: 11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Pernambuco UG 200113

Aldo Lourenço Tenório de Albuquerque
 João Ernando Bezerra do Nascimento
 Samuel Alves de Souza
 Jurandi Moraes Pedra-Fixe

Circunscrição da Regional:

Abrangência Territorial da Unidade Regional: Pernambuco

Malha Viária: 2.609,4km

2.2.2 Identificação das Unidades Descentralizadas

RELAÇÃO DE POSTOS E DELEGACIAS DA 11ª SRPRF/PE

DELEGACIA METROPOLITANA (1/11)

Prefixo: F11.1.0

Skype: f110100

Endereço: BR 101 sul, km 70, Cidade Universitária, Recife - PE / CEP 50670-421

Fone/Fax: (81) 3303-4771

Chefia (fone/fax): (81) 3303-4739

E-mail: del01.pe@dprf.gov.br

Malha Viária: 178,5Km

Nº de Postos: 03

Municípios circunscritos:

Goiana, Itapissuma, Abreu e Lima, Paulista, Recife, Jaboatão dos Guararapes, Igarassu, Paudalho, Carpina, São Lourenço da Mata, Tracunhaém, Timbaúba, Nazaré da Mata, Aliança e Fernando de Noronha

DELEGACIA DO CABO (2/11)

Prefixo: F11.2.0

Skype: f110200

Endereço: BR 101 sul, km 90, Cabo de Santo Agostinho - PE / CEP 54510-000

Fone/Fax: (81) 3524-2925

E-mail: del02.pe@dprf.gov.br

Malha Viária: 133,2Km

Nº de Postos: 02

Municípios circunscritos:

Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Escada, Ribeirão, Gameleira, Joaquim Nabuco, Palmares, Água Preta e Xexéu.

DELEGACIA DE MORENO (3/11)

Prefixo: F11.3.0

Skype: f110300

Endereço: Rodovia Luiz Gonzaga (BR 232), km 27, Moreno - PE / CEP 54800-000

Fone: (81) 3535-1053

E-mail: del03.pe@dprf.gov.br

Malha Viária: 92,1Km

Nº de Postos: 02

Municípios circunscritos:

Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Vitória de Santo Antão, Pombos, Gravatá, Sairé e Bezerros.

DELEGACIA DE CARUARU (11/4)

Prefixo: F11.4.0

Skype: f110400

Endereço: Rodovia Luiz Gonzaga (BR 232),
km 127, Rosanópolis, Caruaru - PE / CEP
55030-400

Fone/Fax: (81) 3701-1111

Chefia (fone): (81) 3701-1117

E-mail: del04.pe@dprf.gov.br

Malha Viária: 283,4Km

Nº de Postos: 03

Municípios circunscritos:

Bezerros, Caruaru, São Caetano, Belo Jardim,
Sanharó, Tacaimbó, Pesqueira, Cachoeirinha,
Agrestina, Cupira, Panelas, Quipapá, Toritama
e Taquaritinga do Norte.**DELEGACIA DE GARANHUNS (11/5)**

Prefixo: F11.5.0

Skype: f110500

Endereço: BR 423, km 92, Heliópolis,
Garanhuns - PE / CEP 55297-130

Fone/Fax: (87) 3762-3972

E-mail: del05.pe@dprf.gov.br

Malha Viária: 559,8Km

Nº de Postos: 02

Municípios circunscritos:

Cachoeirinha, Lajedo, Calçado, Jupi, Jucati,
São João, Garanhuns, Paranatama, Saloá, Iatí,
Águas Belas, Venturosa, Caetés, Correntes,
Pesqueira, Arcoverde, Sertânia, Pedra,
Custódia, Flores e Ibimirim.**DELEGACIA DE SERRA TALHADA (11/6)**

Prefixo: F11.6.0

Skype: f110600

Endereço: Rodovia Luiz Gonzaga (BR 232),
km 422, Cachoeirinha II, Serra Talhada -
PE / CEP 56900-000

Fone/Fax: (87) 3831-2668

E-mail: del06.pe@dprf.gov.br

Malha Viária: 247,3Km

Nº de Postos: 02

Municípios circunscritos:

Custódia, Flores, Calumbi, Serra Talhada, São
José do Belmonte, Belém do São Francisco,
Itacuruba, Floresta, Petrolândia e Jatobá.**DELEGACIA DE SALGUEIRO (11/7)**

Prefixo: F11.7.0

Skype: f110700

Endereço: Rua Getúlio Vargas, 140, Bloco B -
DPRF, Nossa Senhora Aparecida, Salgueiro -
PE / CEP 56000-000

Fone/Fax: (87) 3871-4289

E-mail: del07.pe@dprf.gov.br

Malha Viária: 644,8Km

Nº de Postos: 03

Municípios circunscritos:

São José do Belmonte, Mirandiba, Verdejante,
Salgueiro, Terra Nova, Serrita Parnamirim,
Ouricuri, Exú, Bodocó, Santa Cruz da Baixa
Verde, Trindade, Araripina, Orocó, Cabrobó e
Belém do São Francis**DELEGACIA DE PETROLINA (11/8)**

Prefixo: F11.8.0

Skype: f110800

Endereço: BR 428, km 186, Petrolina - PE /
CEP 56300-000

Fone/Fax: (87) 3864-5123

Chefia (fone): (87) 3864-5070

E-mail Delegacia: del08.pe@dprf.gov.brE-mail Plantão: petrolina@dprf.gov.br

Malha Viária: 350Km

Nº de Postos: 03

Municípios circunscritos:

Petrolina, Lagoa Grande, Afrânio, Santa Maria
da Boa Vista e Orocó.

2.3. – Programas

2.3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.1. Dados Gerais

| | |
|--------------------------------------|---|
| Tipo de programa | Finalístico |
| Objetivo geral | Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública |
| Gerente de programa | Hélio Cardoso Dernenne |
| Gerente Executivo | Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas |
| Público Alvo | Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais |

2.3.1.2. Principais Ações do Programa

200G Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

8623 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

8698- Manutenção e Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

2.3.1.3. Gestão das Ações

2.3.1.3.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.3.1.1. Dados Gerais

| | |
|---|--|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. |
| Descrição | Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento a sociedade. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura |
| Coordenador nacional da ação | GIVALDO MEDEIROS DA SILVA |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Não há. Ação Centralizada |

2.3.1.3.1.1.2. Resultados

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

AÇÃO:200G- Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

| | |
|--|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob uma fase estratégica. |
| Descrição | Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura |
| Coordenador nacional da ação | ROMMEL BRANDÃO |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Núcleo de Serviços Gerais |

Resultados:

Não realizamos construções ou ampliações de Bases Operacionais na 11ªSRPRF/PE

AÇÃO:8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

| | |
|---|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora. |
| Descrição | Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura |
| Coordenador nacional da ação | ROMMEL BRANDÃO |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Núcleo de Serviços Gerais |

Resultados:

Foram reformados a Delegacia Metropolitana e os Postos de Carpina, Floresta, Ouricuri, Trevo do Ibó e Santa Maria da Boa vista.

Recursos Empenhados:

SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
 DATA : 11/03/09 HORA : 16:22:15 USUARIO : ROBSON
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 11
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06181138686230001 - REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNI
 -----SALDO ATUAL-----
 PROJ/ATIV EMPENHOS EMITIDOS

8623

216.540,94

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir o % de postos com estrutura física, de TI e de transporte adequada (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$

Responsável pelo cálculo : *Seção Administrativa e Financeira*

Em 2008, para o cálculo deste indicador foi utilizada tabela de dados Constante do Anexo ALFA desse Relatório.

Em 2008 este coeficiente atingiu o percentual de 65,97% uma melhoria de cerca de 25 % quando comparado com o coeficiente calculado em 2007 que foi de 52,36%, sendo utilizados os mesmos critérios. Esse aumento indica uma melhoria das condições de funcionamento, adequação e conforto das nossas unidades de trabalho, tudo isso fruto de um esforço da administração local e do DPRF através da sua Coordenação Geral de Planejamento e Modernização que priorizou nos últimos anos a readequação das unidades operacionais do DPRF, só no final de 2007 foram empenhadas 6 (seis) reformas de Postos diferentes que foram executadas durante o exercício de 2008 o que envolveu um montante de R\$ 216.540,94 (duzentos e dezesseis mil, quinhentos e quarenta reais e noventa e quatro centavos). Este esforço começou desde 2005 causando uma verdadeira revolução na política de administração dos bens imóveis na PRF, para se ter uma idéia dos 20 (vinte) postos de fiscalização da PRF em Pernambuco, mas da metade já foram reformados nesses últimos 4 (quatro) anos, o grande desafio agora é reformar os demais e realizar contratos de manutenção para todos, de forma que não sejam mais necessárias intervenções drásticas nas unidades justamente pelo esforço na sua conservação.

AÇÃO:1835 Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação

| | |
|---|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal. |
| Descrição | Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Telecomunicações |
| Coordenador nacional da ação | EDNILSON BRUNO |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Nutel |

Resultados:

Implantado o sistema de telefonia IP, e realizada manutenção na rede de dados e de telefonia.

Recursos Empenhados:

___ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
 DATA : 11/03/09 HORA : 16:21:36 USUARIO : ROBSON
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 10
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06181138618350101 - IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TECNOLOG
 -----SALDO ATUAL-----
 PROJ/ATIV EMPENHOS EMITIDOS

1835 73.903,97

___ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
 DATA : 11/03/09 HORA : 16:23:59 USUARIO : ROBSON
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 15
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06183138618350001 - IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TECNOLOG
 -----SALDO ATUAL-----
 PROJ/ATIV EMPENHOS EMITIDOS

1835 49.793,45

AÇÃO: 200C Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

| | |
|---|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas. |
| Descrição | Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Patrimônio |
| Coordenador nacional da ação | HENRIQUE LIMA |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Núcleo de Patrimônio e Material |

Resultados:

Não houveram aquisições nesta ação

AÇÃO:8698- Manutenção e modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

| | |
|---|---|
| Tipo | Projeto |
| Finalidade | Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e |
| Descrição | Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Telecomunicações |
| Coordenador nacional da ação | EDNILSON BRUNO |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Nutel |

Resultados:

Firmados contratos para manutenção de equipamentos de informática e mnt de equipamento de radiocomunicação

Recursos Empenhados:

SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
 DATA : 11/03/09 HORA : 16:22:27 USUARIO : ROBSON
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 12
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06181138686980001 - MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTE
 -----SALDO ATUAL-----
 PROJ/ATIV EMPENHOS EMITIDOS

8698

960.746,99

2.3.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

2.3.2.1. Dados Gerais

| | |
|--------------------------------------|--|
| Tipo de programa | Finalístico |
| Objetivo geral | Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito |
| Gerente de programa | Hélio Cardoso Derenne |
| Gerente Executivo | Alvarez Simões Filho |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais |
| | Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais |
| | Sensação de Segurança nas Rodovias Federais |
| Público Alvo | Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais |

2.3.2.2. Principais Ações do Programa

2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4641 Publicidade de Utilidade Pública

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela

8703- Atividade Correicional

8692-Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais

2720- Ações de Carater Sigiloso na Área da Segurança Pública

2.3.2.3. Gestão das Ações

2.3.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

2.3.2.3.1.1. Dados Gerais

| TIPO | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas. |
| Descrição | Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Saúde e Assistência Social |
| Coordenador nacional da ação | LEJANDRE MONTEIRO |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | SRH |

2.2.2.3.1.2. Resultados

Implantado e executado o projeto patrulha da saúde para aferição das condições de saúdes dos servidores

Recursos Empenhados:

```

SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA)
DATA : 11/03/09          HORA : 16:24:16          USUARIO : ROBSON
REFERENCIA : DEZ          AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL          TELA: 16
ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 0630306632C780001 - ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DE SERV
-----SALDO ATUAL-----
PROJ/ATIV          EMPENHOS EMITIDOS
-----
2C78                      2.912,23

```

AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| Finalidade | Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações. |
| Descrição | Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Modernização e Tecnologia |
| Coordenador nacional da ação | LUCIANO DA SILVA FERNANDES |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Nutel |

Resultados:

Implantado sistemas de alarme e monitoramento eletrônico de pátios em dois pontos da Regional

Recursos Empenhados:

___ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
 DATA : 11/03/09 HORA : 16:20:17 USUARIO : ROBSON
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 4
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 0618106632B110001 - MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZA
 -----SALDO ATUAL-----
 PROJ/ATIV EMPENHOS EMITIDOS

2B11

9.360,00

AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal

| | |
|---|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições. |
| Descrição | Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Ensino/DPRF |
| Coordenador nacional da ação | Ricardo de Oliveira Betat |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | NUCAP |

Resultados:

Cursos relatados na seção específica do relatório de capacitação.

Recursos Empenhados:

```

__ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
DATA : 11/03/09          HORA : 16:19:47          USUARIO : ROBSON
REFERENCIA : DEZ          AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL          TELA: 2
ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06128066325240001 - CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO
-----SALDO ATUAL-----
PROJ/ATIV          EMPENHOS EMITIDOS
-----
2524          139.335,03

```

AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

| Tipo | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da |
| Descrição | <p>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotécnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p> <p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p> |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação Geral de Operações |
| Coordenador nacional da ação | Coraci Ricardo Fernandes Vieira |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | SPF |

Resultados:

Resultados apresentados no item 2.4

Recursos Empenhados:

___ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
 DATA : 11/03/09 HORA : 16:20:32 USUARIO : ROBSON
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 5
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06181066327230001 - POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS
 -----SALDO ATUAL-----
 PROJ/ATIV EMPENHOS EMITIDOS

2723 1.230.553,55

AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

| Tipo | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos. |
| Descrição | Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Inteligência |
| Coordenador nacional da ação | JOSEMAR MONTEIRO BARROS |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | NUINT |

Resultados:

realização de atividades de inteligência e aquisição de sistema de alarme p/ garanhuns, resultados em arquivo próprio do setor.

Recursos Empenhados:

```

__ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
DATA : 11/03/09          HORA : 16:23:31          USUARIO : ROBSON
REFERENCIA : DEZ          AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL          TELA: 14
ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06183066328160001 - SERVICO DE INTELIGENCIA DA POLICIA
-----SALDO ATUAL-----
PROJ/ATIV          EMPENHOS EMITIDOS
-----
2816          34.339,92

```

AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais

| | |
|---|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias. |
| Descrição | Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | DISAS/CGRH |
| Coordenador nacional da ação | GETULIO CAMARA |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | SRH |

Resultados:

Aquisição de materiais para a realização de Comandos de Saúde nas rodovias.

Recursos Empenhados:

```

__ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
DATA : 11/03/09          HORA : 16:20:44          USUARIO : ROBSON
REFERENCIA : DEZ          AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL          TELA: 6
ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06181066342900001 - ATIVIDADES DE SAUDE NAS RODOVIAS FE
-----SALDO ATUAL-----
PROJ/ATIV          EMPENHOS EMITIDOS
-----
4290          5.472,90

```

AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

| | |
|---|--|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral. |
| Descrição | Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | DCC/CGO |
| Coordenador nacional da ação | GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | NOE |

Resultados:

Resultados apresentados no item 2.4

Recursos Empenhados:

```

__ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA) _____
DATA : 11/03/09          HORA : 16:20:55          USUARIO : ROBSON
REFERENCIA : DEZ          AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL          TELA: 7
ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06181066345260001 - OPERACOES ESPECIAIS DE COMBATE AO C
-----SALDO ATUAL-----
PROJ/ATIV          EMPENHOS EMITIDOS
-----
4526          65.842,63

```

AÇÃO:4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

| Tipo | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. |
| Descrição | Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Coordenação de Ensino |
| Coordenador nacional da ação | RICARDO DE OLIVEIRA BETAT |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | NUCAP |

Resultados:

Resultados na seção específica do relatório de capacitação

Recursos Empenhados:

```

SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA)
DATA : 11/03/09          HORA : 16:20:03          USUARIO : ROBSON
REFERENCIA : DEZ          AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL          TELA: 3
ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06128066345720001 - CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS
-----SALDO ATUAL-----
PROJ/ATIV          EMPENHOS EMITIDOS
-----
4572          44.023,39

```

AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública

| Tipo | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida. |
| Descrição | Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Assessoria de Comunicação Social |
| Coordenador nacional da ação | AFRÂNIO ANDRADE |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL |

Resultados: Ação não realizada pela Regional

AÇÃO:2720 Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

| | |
|---|---|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso. |
| Descrição | Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | COINT |
| Coordenador nacional da ação | JOSEMAR MONTEIRO BARROS |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | NUINT |

Resultados:

Ação não realizada pela 11SRPF/PE

AÇÃO: 8703- Atividade Correicional

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| Finalidade | Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias. |
| Descrição | Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF e Unidades Regionais |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Corregedoria Geral |
| Coordenador nacional da ação | CIDENOR GUERRA |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | Corregedoria Regional |

Resultados:

Desenvolvimento das ações relativas aos trabalhos das Comissões de Sindicância e CPAD

Recursos Empenhados:

__ SIAFI2008-ORCFIN-SINTETICOS-CONOR (CONSULTA ORCAMENTARIA COMPLETA)_____
 DATA : 11/03/09 HORA : 16:21:23 USUARIO : ROBSON
 REFERENCIA : DEZ AMPLITUDE : SOMENTE EM REAL TELA: 9
 ORCAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL DADOS REFERENTES A: 06/02/09 AS: 00:27

PROGRAMA DE TRABALHO : 06181066387030001 - ATIVIDADE CORREICIONAL

-----SALDO ATUAL-----
 PROJ/ATIV EMPENHOS EMITIDOS

8703

65.937,25

2.3.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo

2.3.3.1. Dados Gerais

| | |
|--------------------------------------|--|
| Tipo de programa | Apoio Administrativo |
| Objetivo geral | Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos |
| Gerente de programa | Não Existe |
| Gerente Executivo | Não Existe |
| Indicadores ou parâmetros utilizados | Não Existe |
| Público Alvo | Governo |

2.3.3.2. Principais Ações do Programa

2000 Administração da Unidade

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

| | |
|---|--|
| Tipo | Atividade |
| Finalidade | Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93 |
| Descrição | Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Cadastro/DPRF |
| Coordenador nacional da ação | Alecsander Dias Tavares Reis |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | |

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| Finalidade | Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001. |
| Descrição | Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Cadastro/DPRF |
| Coordenador nacional da ação | Alecsander Dias Tavares Reis |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | |

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

| Tipo | Atividade |
|---|--|
| Finalidade | Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório. |
| Descrição | Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Cadastro/DPRF |
| Coordenador nacional da ação | Alecsander Dias Tavares Reis |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | |

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Ser

| Tipo | Atividade |
|---|---|
| Finalidade | Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. |
| Descrição | Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. |
| Unidade responsável pelas decisões estratégicas | DPRF |
| Unidades executoras | DPRF |
| Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução | Divisão de Cadastro/DPRF |
| Coordenador nacional da ação | Alecsander Dias Tavares Reis |
| Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso) | |

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

2.4 Desempenho Operacional

a) Finalidade

O presente documento tem por finalidade apresentar o Relatório de Gestão do exercício de 2008 relativo ao desempenho operacional da 11ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/PE.

b) Considerações preliminares

O fato de termos optado pelo transporte terrestre como principal modal para escoamento do material relacionado ao processo produtivo e ao extrativista posiciona as rodovias federais em um patamar de importância estratégica para o desenvolvimento de nosso país. De fato, significativa parcela de nossas riquezas é transportada diária e ininterruptamente pelas rodovias e estradas brasileiras.

Ademais, o crescimento econômico tem fomentado um acentuado aumento da frota de veículos. Em ritmo ainda mais forte, o número de condutores de veículos automotores vem crescendo, o que implica na elevação do número de veículos em circulação, acompanhada de um fator agravante: a inexperiência dos condutores recém-formados.

É relevante destacar que, devido a algumas características, tais como a alta velocidade operacional, existência de trechos sinuosos, grande fluxo de veículos de carga, dentre outras, a prática de direção veicular nas rodovias exige que o condutor canalize uma atenção bem maior ao ato de dirigir, comparativamente com as vias urbanas. Esse aspecto ressalta ainda mais a importância da experiência do condutor.

Nesse cenário, um outro aspecto ganhou relevância: a crise do transporte aéreo colocou em xeque a credibilidade das companhias de transporte aéreo. Fato este que motivou a opção por viagens menos longas (destinos mais próximos), fomentando ainda mais o uso do automóvel nas rodovias.

É fato ainda que os diversos trechos da principal rodovia de nosso Estado, ou seja, a BR-101, encontra-se saturado em relação ao volume de veículos em circulação. Aspecto esse que será minimizado com a duplicação da rodovia nos segmentos norte e sul. No entanto, devemos lembrar que o trecho do contorno do Recife, que já dispõe de trechos duplicados e até triplicados, continuará apresentando os mesmos problemas, com tendência ao agravamento.

Em decorrência das considerações acima apresentadas, as ações criminosas passaram a ocorrer mais frequência nas rodovias, pois os criminosos “despertaram” para as oportunidades produzidas por essa nova realidade. Assim, o crime com sua complexidade ganhou força nesse cenário.

Retomando a questão da segurança do trânsito, é relevante considerar como fator contribuinte para o aumento do grau de severidade dos acidentes o crescimento significativo da frota de motocicletas e veículos afins. Devido ao já referido fato de que as rodovias possuem como característica principal a velocidade operacional elevada, os acidentes envolvendo esses veículos, em geral, produzem vítimas em estado grave e mortas.

Dificuldades à parte, durante o exercício de 2008 os órgãos de trânsito ganharam um instrumento de peso para enfrentar o problema dos acidentes de trânsito: a promulgação da Lei nº 1.175/2008, vulgarmente chamada de “Lei Seca”.

Diante desses desafios, buscou-se otimizar o emprego dos escassos meios disponíveis na Regional, notadamente o efetivo, através do uso de instrumentos capazes de subsidiar o planejamento operacional.

c) Análise dos objetivos delineados para 2008

c.1 - Redução do índice de acidentes de trânsito

Quadro 1: comparativo de acidentes de trânsito – exercícios 2007/2008

| EXERCÍCIO | ACIDENTES | FERIDOS | MORTOS |
|------------|-----------|---------|---------|
| 2007 | 4.775 | 2.940 | 377 |
| 2008 | 5.216 | 3.184 | 373 |
| VARIAÇÃO % | + 9,23% | +8,29% | - 1,06% |

Fonte: DATATRAN WEB

Apesar do aumento nos índices de acidentes e feridos acima registrados, podemos considerar como importante a redução do índice de mortos, pois a variação revela uma redução no grau de severidade dos acidentes de trânsito registrados no exercício de 2008, nas rodovias que compõem a malha rodoviária federal no Estado de Pernambuco.

Ainda com relação aos números acima, é relevante frisar que a prioridade de todas as ações realizadas pela Polícia Rodoviária Federal é a preservação da vida, portanto, na área de trânsito, o principal objetivo foi atingido, ainda que minimamente.

Outro aspecto a considerar é o fato de que estamos visualizando os números acima de forma absoluta, ou seja, sem considerar fatores importantíssimos para avaliar os resultados registrados, dentre os quais podemos destacar:

- i) segundo o DETRAN/PE, no ano de 2008 a frota de veículos no Estado de Pernambuco cresceu 9,9 % em comparação com o ano de 2007. Essa variação, sem dúvida, onera o funcionamento das rodovias federais, sobretudo nos finais de semana e feriados, considerando que, a despeito desse crescimento da frota, a malha rodoviária federal permanece praticamente a mesma;
- ii) em face das dificuldades enfrentadas pelo setor de transporte aéreo, as viagens por via terrestre, principalmente durante o período de férias, mantiveram a tendência de aumento;
- iii) o crescimento da economia fomenta o turismo, as viagens de férias e finais de semana e o transporte de cargas, impactando diretamente o trânsito rodoviário;
 - o crescimento acelerado do número de condutores de veículos automotores, que acrescenta um tempero perigoso ao trânsito rodoviário: a falta de experiência;
 - o vertiginoso aumento do frota de motocicletas e veículos afins, ou seja, 13,1 % em comparação com o ano de 2007;
 - a violência e a criminalidade também causam impacto negativo no trânsito, pois

influencia o comportamento dos condutores;

- a carência de efetivo para cobertura da malha viária sob circunscrição desta Regional, ou seja, mais de 2.300 km distribuídos em 12 rodovias federais;
- a falta de investimento na educação para o trânsito;
- a Lei 1.175/2008, principalmente nos primeiros meses de vigência, revelou-se um importante instrumento para redução do número de vítimas de acidentes de trânsito, pois há relação direta entre os acidentes de natureza grave com o consumo de bebidas alcoólicas. Um mês após a vigência da dita Lei Seca ao Volante, o número de mortes havia reduzido em cerca de 41%, enquanto o índice de feridos havia caído em torno de 18 %. No entanto, com o passar do tempo, os condutores interpretaram que a possibilidade de serem fiscalizados não era tão grande quanto à expectativa gerada, pois os órgãos de trânsito não estavam devidamente equipados para implementar uma fiscalização eficaz. A Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco, que é o órgão mais bem equipado, possuía em 2008 apenas 10 etilômetros em operação. Devemos considerar também que a fiscalização é realizada por amostragem, pois é impossível submeter uma quantidade relativamente grande de condutores ao teste do etilômetro. Assim, muito possivelmente em função dessa percepção dos condutores, a tendência de queda não se manteve, e os números começaram a voltar aos patamares anteriores;
- as detenções realizadas em decorrência da Lei 1.175/2008 têm onerado o serviço dos PRFs, pois a Polícia Judiciária não tem agilizado os procedimentos pertinentes. Em consequência, a equipe em serviço “perde” horas na Delegacia aguardando que a Polícia Civil receba os detidos. Devido a já citada carência de efetivo, enquanto a equipe aguarda as providências judiciais, alguns trechos de rodovia ficam desguarnecidos, o que favorece a ocorrência de acidentes e outros eventos, inclusive de natureza criminosa.

A despeito dos aspectos acima citados, o quadro abaixo demonstra que os números relativos a acidentes registrados em 2008, quando consideramos o impacto da variação da frota de veículos, foram positivos.

Quadro 2: relação veículos por acidentes – comparativo 2007/2008

| EXERCÍCIO | Veículos/acidentes | Veículos/feridos | Veículos/Mortos |
|-------------------|---------------------------|-------------------------|------------------------|
| 2007 | 285,5 | 463,7 | 3 616,1 |
| 2008 | 287,1 | 470,2 | 4 015 |
| Variação % | (-) 0,6 | (-) 1,4 | (-) 11,0 |

Ao inserirmos o impacto causado pela variação da frota de veículos registrada no Estado de Pernambuco, constatamos que, relativamente, houve redução nos índices de acidentes, mortos e feridos nas rodovias federais que compõem a malha rodoviária pernambucana. Senão vejamos: em 2007, a relação veículos/acidentes era de 285,5 para um. Já em 2008, foram necessários mais veículos,

ou seja, 287,1 para que houvesse um acidente. No mesmo diapasão foram os índices de mortos e feridos, conforme constatamos no quadro acima.

c.1.1 – Descrição das principais ações realizadas visando ao objetivo:

- Mapeamento dos pontos críticos, através do Sistema DATATRAN WEB, bem como o conhecimento prático do local;
- Levantamento das festividades regionais e locais;
- Emprego de radares estáticos, visando fiscalizar eletronicamente a velocidade desenvolvida nos trechos críticos na BR-101 e na BR-232;
- Emprego do cartão-programa, com base no banco de dados do DATRATAN WEB, definindo os pontos de estacionamento e trechos de ronda para as equipes em serviço;
- Realização de comandos específicos (controle de velocidade, ultrapassagem, sistema de iluminação, equipamentos obrigatórios, documentação, etc), intensificando-se a fiscalização;
- Reforço no policiamento ostensivo durante as operações do calendário nacional e regional (efetivo do NOE, da Sede e Policiais da escala em folga);
- Realização de palestras em empresas e escolas;
- Notificação ao órgão responsável pela conservação das rodovias, considerando as condições de trafegabilidade;
- Realização de 13 Comandos de Saúde Preventivos, visando avaliar o estado de saúde dos caminhoneiros, identificando os casos que ofereçam riscos para a segurança do trânsito, perfazendo um total de 881 motoristas avaliados, o que equivale a um aumento de 49 % em relação ao número de condutores participantes, em relação ao exercício anterior;
- Realização de ações de capacitação, visando melhorar a fiscalização do transporte de produtos perigosos, do transporte interestadual e internacional de passageiros e do excesso de peso transportado pelos veículos de carga;
- Realização de capacitação para fiscalização do consumo de bebidas alcoólicas por parte dos condutores de veículos automotores;
- Recolhimento de 643 animais soltos nas rodovias;
- Realização de operações especiais nos feriados (finais de semana prolongados).

c.1.2 – Principais resultados das ações de fiscalização

Quadro 3: comparativo de autuações – 2007/2008.

| AUTUAÇÕES | EXERCÍCIO | | VARIÇÃO % |
|---------------------|-----------|--------|-------------|
| | 2007 | 2008 | |
| De Conductor | 33 436 | 39 509 | (+) 18,5 % |
| De Proprietário | 22 787 | 28 442 | (+) 24,8 % |
| Excesso velocidade* | 12 171 | 53 860 | (+) 342,5 % |

| | | | |
|--------------------------------------|--------|---------|-------------|
| Ultrapassagens | 9 389 | 8 176 | (-) 12,9 % |
| Embriaguez | 126 | 405 | (+) 221,4 % |
| Produtos perigosos | 2 052 | 1 044 | (-) 49,1 % |
| Transp. Interestadual de passageiros | 191 | 338 | (+) 76,9 % |
| RNTRC | 738 | 1 443 | (+) 95,5% |
| Total | 71 501 | 125 041 | (+) 74,8% |

Fonte: DINOP

* Radar eletrônico

O quadro acima permite visualizar as diversas áreas de atuação da Polícia Rodoviária Federal relativamente à fiscalização. Observa-se a aplicação de autuações de trânsito, de transporte de passageiros, de transporte de carga (RNTRC) e de transporte de produtos especiais (produtos perigosos).

À exceção das autuações relativas ao transporte de produtos perigosos e ultrapassagens, todas as demais aumentaram de forma significativa, fruto da capacitação de servidores e intensificação da fiscalização, através de operações específicas.

Neste contexto, destacamos a fiscalização do excesso de velocidade através do emprego de radares estáticos, que gerou um aumento de 342,5 % no número de autuações, bem como a intensificação do uso dos etilômetros, que proporcionou uma variação positiva de 221,4 % na quantidade de autos de infração aplicados.

Além disso, registrou-se também um aumento de 18,5 % nas demais autuações de responsabilidade dos condutores de veículos automotores, número que expressa que a fiscalização do comportamento inadequado dos citados atores do trânsito foi intensificada.

Nesse particular, é importante destacar que os acidentes de natureza mais grave são decorrentes de comportamentos inadequados, notadamente, o excesso de velocidade e as ultrapassagens forçadas ou em locais proibidos; e o consumo de bebidas alcoólicas por parte dos condutores, além de ser um desrespeito grave à lei vigente, permeia os desvios comportamentais, devido ao efeito excitativo e, ainda, inviabiliza o ato de dirigir, por retardar os reflexos e comprometer a avaliação das diversas situações que se apresentam subitamente no trânsito.

No que tange à fiscalização do transporte de passageiros, cuja intensificação redundou num aumento de 76,9 % de autuações, podemos destacar três objetivos principais: 1) a garantia da qualidade do serviço oferecido ao cidadão, através da verificação do cumprimento das normas relativas aos direitos do usuário; 2) a segurança do trânsito, pela checagem dos itens de segurança dos ônibus e situação do condutor; 3) o combate à criminalidade, pois os veículos de transporte coletivo são frequentemente utilizados por pessoas foragidas da justiça, bem como por criminosos envolvidos com o narcotráfico.

A fiscalização do RNTRC, cujo aumento de autuações chegou a 95,5 %, é importante

para o cumprimento da regulamentação estabelecida para a atividade remunerada de transporte de cargas, visando sobretudo, reduzir a incidência do crime de roubo de cargas.

Já a fiscalização do transporte de produtos perigosos, visa prevenir os acidentes com os veículos transportadores dessas cargas, bem como minimizar os efeitos dos acidentes que porventura não foram evitados. Constatamos que houve uma redução de 49.1 % na quantidade de autuações aplicadas em 2008. Aqui, é importante frisar que faz-se necessário realizar uma capacitação específica para os servidores atuarem nessa área. Nesse sentido, o planejamento para o exercício de 2009 contempla a realização de uma operação temática relativa à atividade., visando implementar uma fiscalização mais intensa, sobretudo na rodovia BR-101 Sul, em face dos empreendimentos realizados no Complexo Portuário de SUAPE, que trarão significativo impacto no transporte de produtos perigosos.

c.2 Redução do índice de ações criminosas

Quadro 4: ações criminosas, apreensões e detenções – comparativo 2007/2008

| OCORRÊNCIAS | PERÍODO | | Variação % |
|--|--|--|------------|
| | 2007 | 2008 | |
| Assalto a ônibus | 10 | 7 | (-) 30 % |
| Assalto a veículo de carga | 15 | 21 | (+) 40 % |
| Assalto a táxi | 1 | 0 | - |
| Assalto a veículo particular | 7 | 10 | (+) 43 % |
| Crimes contra a vida e o patrimônio | 15 | 26 | (+) 73 % |
| Roubo de carga | 2 | 3 | (+) 33 % |
| Crimes contra o meio-ambiente reprimidos | 6 | 11 | (+) 83 % |
| Pessoas detidas | 611 | 755 | (+) 24 % |
| Armas de fogo apreendidas | 48 | 41 | (-) 15 % |
| Veículos recuperados | 147 | 141 | (-) 4 % |
| Munições apreendidas | 609 | 275 | (-) 96 % |
| Crianças encaminhadas (infratores) | 6 | 8 | (+) 36 % |
| Adolescentes apreendidos | 13 | 24 | (+) 85 % |
| Crianças vítimas | 1 | 0 | - |
| Adolescentes vítimas | 13 | 10 | (-) 23% |
| Detidos por prática crimes c/ menores | 11 | 11 | 0 |
| Apreensão de drogas (2007: 22 ocorrências; 2008: 46 ocorrências) | 12 und haxixe 1.038 g cocaína 1.314 g crack 730.605 g maconha 5.000 pés de maconha | 1 g Cocaína 46.030 g de crack 995.430 g de maconha 1.534.410 pés de maconha 76.000 outras drogas | - |
| Contrabando em geral apreendido (2007: 26 ocorrências; 2008: 16 ocorrências) | 22.900 und CD/VHS/DVD 1.776 und eq eletrônicos 858 pct de cigarros | 3.211 und CD/VHS/DVD 14 und eq eletrônicos 5.900 pct de cigarros | - |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | 322 und de medicamentos 7.673 und outras | 34 garrafas de bebidas 5771 und outras 60.000.000 diversos | |
|--|---|--|--|

Fonte: ROD ON-LINE

Quadro 5: Principais operações de enfrentamento ao crime

| OPERAÇÃO | PERÍODO | LOCAL | RESULTADO |
|---|---------------------------------|----------------|--|
| Transporte Seguro (em conjunto com a PMPE) | 25/02 a 01/03 | Agreste/sertão | 11 pessoas detidas 05 espingardas 03 resvólveres 38 01 pistola (caseira) 18 munições 35 kg de chumbo 300 espoletas 59 estojos calibres diversos |
| Sulanca | Todas as 2ª feiras | Agreste | Redução dos assaltos a ônibus e microônibus com destino à feira da sulanca |
| Transporte Seguro I e II | 25/02 a 02/03, 05/05 a 11/05 | Sertão | 47 kg de maconha 03 pessoas detidas |
| Viagem Segura | 12/05 a 18/05 | Agreste/Sertão | 01 pistola 30 munições 08 pessoas detidas Autos CTB 189 Autos ANTT 73 02 Veíc. Recuperados 02 crimes sonegação fiscal reprimidos |
| Colheita | 12/05 a 23/05 | Sertão | 35 kg maconha 602.138 pés maconha 76.000 mudas de maconha |
| Clareira (em conjunto com o DPF) | 25/08 a 06/09 | Sertão | 511,3 kg maconha 787.272 pés de maconha 3 pessoas detidas |
| Serra Talhada | 06/09 a 09/09 | Serra Talhada | 5.200 pacotes de cigarros contrabandeados 04 pessoas detidas |
| Faro | 28/09 a 04/10 | Sertão | 3 pessoas detidas 50 kg de maconha 30 g de crack 1 pistola |

| <i>OPERAÇÃO</i> | <i>PERÍODO</i> | <i>LOCAL</i> | <i>RESULTADO</i> |
|--|-----------------------|---------------------|---|
| | | | 10 munições |
| Eleições (em conjunto com a Justiça Eleitoral) | 04/10 | Gravatá | 02 pessoas detidas 01 revólver c/ 04 munições 01 pistola c/ 18 munições |
| Viagem Segura II | 07/10 a 10/10 | Sertão | 38 kg de maconha 04 pessoas detidas 02 veículos recuperados 10 autos ANTT (passageiros) 34 autos RNTRC |
| Zebra (caça-níquel) (em conjunto com a Justiça Federal e o DPF) | 05/11 a 07/11 | Sertão | 4 prisões 1 detenção 249 máquinas caça-níqueis 109 equip. Eletrônicos 05 armas de fogo 8 munições 2 veículos clonados R\$ 9.439,20 |
| Trabalhadores Rurais (em conjunto com o MPF do Trabalho) | 11/12 | Zona da Mata Sul | Repressão ao trabalho escravo nas usinas e plantações de cana-de-açúcar. 03 autos CTB |

Outras operações realizadas:

- **Operação CERAPIÓ**, de 23 a 26 de janeiro - segurança do trânsito.
- **Operação ESCAMBO**, em 08 de março - repressão ao contrabando e descaminho.
- **Operação BATOM**, em 07 de março - educação para o trânsito (Dia a Internacional da Mulher).
- **Operação VAQUEJADA DE CARPINA**, de 28 a 30 de março – segurança do trânsito.
- **Operação EMANCIPAÇÃO DE SERRA TALHADA**, de 05 a 08 de maio – repressão ao crime e segurança do trânsito.
- **Operação RETIRANTE I**, de 03 a 07 de junho – transporte clandestino de passageiros.
- **Operação GRAU ZERO**, a partir de junho – embriaguez ao volante.
- **Operação ALIANÇA**, de 10 a 22 de julho – combate ao crime.
- **Operação GOC-PE**, de 19 a 30 de julho – repressão ao narcotráfico.

- **Operação EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS DE ARCOVERDE**, de 29 de outubro a 01 de novembro – segurança do trânsito.
- **Operação Viagem Segura (I,II)**, de 12 a 18 de maio – transporte clandestino de passageiros.
- **Operação Fórmula Truck**, realizada visando manter a segurança do trânsito e prevenir ocorrências criminosas, durante a competição da Fórmula Truck, em Caruaru;
- **Operação Festival de Inverno**, de 17 a 27 de julho – criminalidade e segurança do trânsito.

Além dessas operações, realizamos ainda outras que fazem parte do calendário nacional, todas abrangendo a totalidade da malha rodoviária federal, tendo por objetivos a prevenção de acidentes e de crimes:

Operação Verão, entre janeiro e março;

Operação Carnaval, de 01 a 06 de fevereiro;

Operação Semana Santa, em abril;

Operação Tiradentes, de 18 a 21 de abril;

Operação São João, de 02 a 25 de junho;

Operação Dia do Trabalhador, 01 de maio

Operação Corpus Christi, 22 de maio;

Operação Férias Escolares, entre o final de junho e final de julho;

Operação Proclamação da República, 14 a 16 de novembro;

Operação Fim de Ano, entre o final de dezembro e início de janeiro.

A descrição das operações realizadas expressa a grande gama de áreas de atuação da Polícia Rodoviária Federal no enfrentamento à violência e ao crime: ações voltadas para a preservação da vida, do patrimônio e do meio ambiente; proteção à criança e ao adolescente; combate ao narcotráfico; repressão do contrabando; repressão aos crimes contra a saúde pública; repressão ao trabalho em condições análogas à escravidão; combate aos crimes eleitorais; repressão aos jogos ilícitos; repressão aos crimes de trânsito; cumprimento de mandados de prisão, dentre os principais.

A totalização das operações realizadas representa um aumento de 17,6 % em relação ao exercício de 2007, ou seja, além da expressiva variação positiva dos resultados obtidos, foram realizadas mais operações.

Vale frisar que mesmo as operações cujo objetivo principal é a segurança do trânsito também produzem bons resultados relativos ao enfrentamento da criminalidade e da violência.

A complexidade do fenômeno da criminalidade constitui-se em um problema que, cada vez mais, exige a canalização de esforços da instituição visando proporcionar ao cidadão, usuário das

rodovias federais, uma viagem segura. Essa demanda requer constante capacitação bem como a disponibilização de equipamentos compatíveis com as ações a serem implementadas.

A integração com os demais órgãos de segurança pública, notadamente as áreas de inteligência, são necessidades indiscutíveis para que todos alcancem êxito no cumprimento de suas missões.

Para atingir tais objetivos foram realizadas as seguintes ações:

Mapeamento das áreas críticas;

Intensificação das rondas, de acordo com o mapeamento efetuado;

Escolta de coletivos nos horários e trechos críticos;

Realização de Operações no trecho da “Rota da Sulanca”, empregando o Núcleo de Operações Especiais (NOE) , efetivo da Sede da Regional, efetivo das Delegacias do Sertão do Estado e o Núcleo de Inteligência (NUI);

Realização de Operações nas rodovias do Sertão, empregando o efetivo do NOE, Sede e NI;

Realização de atividades operacionais na Região Metropolitana do Recife, no período noturno, empregando o NOE, Sede e NUI em conjunto com o efetivo em serviço nos postos;

Emprego do Grupo de Operações com Cães, visando combater o tráfico de drogas;

Realização de atividades conjuntas com a Polícia Federal;

Apoio ao planejamento realizado pelas Delegacias;

Criação dos Grupos de Apoio aos Postos.

c.3 Atendimento Pré-hospitalar / Resgate

Em 2008 foram socorridas pela Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco 703 pessoas, número que representa um aumento de 70 % em relação ao exercício anterior.

Nessa área ganha destaque a atuação do helicóptero configurado para o resgate aeromédico que está sendo operado através de convênio com o SAMU. No entanto, o problema da falta de heliponto no Hospital da Restauração, já relatado em exercícios anteriores, ainda não foi resolvido.

O Posto PRF do Contorno do Recife, responsável pelo atendimento do trecho com maior índice de acidentes de trânsito, dispõe de uma viatura resgate que também é operada através de convênio com o SAMU.

A respeito dessa atividade, devemos considerar ainda que a maioria dos acidentes ocorre na RMR e que nessa região atuam também o Corpo de Bombeiros Militar e o SAMU.

d) Disposições finais

As atividades operacionais realizadas pela 11ª SR PRF/PE, durante o exercício de 2008, buscaram equilibrar ações de trânsito e enfrentamento à criminalidade, evitando-se a polarização.

No entanto, o grande leque de atribuições destinadas a nossa corporação chega a dificultar a execução do planejamento operacional, o que nos obriga a selecionar os problemas mais contundentes e delinear as ações para o seu enfrentamento.

As principais dificuldades enfrentadas no exercício foram sendo apresentadas à medida que analisávamos os objetivos. Porém, é importante citar outros aspectos, a título de complementação.

Na área do trânsito, devemos considerar que há fatores que fogem à atuação da Polícia Rodoviária Federal. Devemos lembrar por exemplo que, no trânsito, não há apenas veículos automotores. Os pedestres e ciclistas são atores importantes nesse contexto e, frequentemente observamos o envolvimento dos mesmos em acidentes após ingerirem bebidas alcoólicas. Portanto, para que haja segurança é necessário disciplinar também outros atores do trânsito.

Além disso, o ser humano parece estar predisposto a assumir determinados riscos. Assim, ele assume o risco de realizar uma ultrapassagem numa curva, mesmo sabendo que pode deparar-se com um veículo em sentido contrário; ele ingere bebida alcoólica antes de dirigir; ele excede o limite de velocidade, dentre outros comportamentos inadequados. Porém, o que o condutor parece desconhecer é a dimensão do risco que ele está assumindo. Portanto, as campanhas educativas deveriam ganhar uma nova roupagem. Primeiro, deixar de ser simples campanha e ganhar corpo de programa; e ainda, procurar deixar bem claro as consequências advindas dos desrespeitos à lei e regras do trânsito, ou seja, o trágico quadro atual do trânsito.

Outra dificuldade no enfrentamento do problema do trânsito é a constante presença de animais na pista em alguns trechos de rodovia, principalmente no sertão do Estado. Apesar de dispormos de caminhões-boiadeiro, não temos o laçador para realizar a captura dos animais e, principalmente, não dispomos de currais para dar destinos aos animais porventura capturados. Em alguns município há parcerias para minimizar o problema, ou seja, o município cede o laçador e disponibiliza o local para recolher os animais. No entanto, essa realidade ainda é precária, pois a maioria dos municípios também carecem desses meios. Ademais, há a situação do jumento que perdeu o valor econômico e, ao serem recolhidos, passam a representar uma despesa para quem o recebe, pois muitos desses animais não possuem proprietários, ou mesmo seus proprietários não têm interesse de resgatá-los.

Relativamente à área do crime, devemos considerar, ainda, que o atual estágio da criminalidade coloca o problema num patamar que os atuais elementos disponíveis para o seu enfrentamento não mais têm condições de oferecer uma resposta à altura. Para tanto, faz-se necessário o envolvimento de toda a sociedade e a implementação de políticas públicas que contribuam com a redução da ambiência criminosa, que corresponde aos fatores que favorecem a ocorrência do crime.

Outro aspecto a considerar é carência de informações. O Núcleo de Inteligência ainda não está estruturado adequadamente para municiar a área operacional com informações para melhorar o planejamento das ações. No entanto, a despeito dessa dificuldade, em algumas áreas o NUIINT tem apresentado bons resultados.

A busca de parcerias, para o enfrentamento da criminalidade, faz-se cada vez mais necessária. Assim, houve integração não só com as outras instituições policiais, mas também com o Ministério Público e Poder Judiciário.

Com relação a parcerias, em 2008, podemos destacar o trabalho realizado em conjunto com o Ministério Público Federal que culminou com a proibição da realização das tradicionais festas,

durante a Semana Santa, no estabelecimento Villa da Serra. De fato, em anos anteriores, os responsáveis pela festa descumpriram sistematicamente as exigências estabelecidas para minimizar o impacto no trânsito.

Outro destaque do exercício foi o advento da Lei 1.175/2008, a famosa “Lei Seca ao Volante”. Conforme citamos anteriormente, de início, houve grande impacto no comportamento dos condutores.

Por fim, podemos avaliar que os objetivos definidos para o exercício de 2009 foram, em grande medida, atingidos. É o que demonstram os números ora apresentados e analisados.

2.4.1 Evolução de gastos gerais

| DESCRIÇÃO | ANO | | |
|---|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2006 | 2007 | 2008 |
| 1. Passagens | R\$ 68.005,45 | R\$ 81.660,48 | R\$ 141.548,94 |
| 2. Diárias e Ressarc de Despesas em Viagens | R\$ 442.724,77 | R\$ 781.798,69 | R\$ 550.446,86 |
| 3. Serviços Terceirizados | | | |
| 3.1. Publicidade (LEGAL-DOU) | R\$ 9.471,52 | R\$ 14.657,42 | R\$ 20.179,23 |
| 3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação | R\$ 1.018.872,41 | R\$ 1.092.134,28 | R\$ 1.076.856,47 |
| 3.3. Tecnologia da Informação | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| 3.4. Outras Terceirizações (APOIO ADM) | R\$ 347.682,29 | R\$ 322.424,31 | R\$ 398.766,54 |
| 3.5. Suprimento de Fundos | 0 | 0 | 0 |
| 4. Cartão Corporativo | R\$ 3.754,81 | R\$ 9.768,62 | R\$ 4.337,21 |
| Totais | R\$ 1.892.517,25 | R\$ 2.304.450,80 | R\$ 2.194.143,25 |

3.Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrências no período

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO ILA.2. EXECUÇÃO RP A PAGAR NO EXERCÍCIO POR ANO INSCRIÇÃO NO SIAFI

| ANO INSCRIÇÃO | RP PROCESSADOS | | | |
|---------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------|
| | INSCRITOS | CANCELADOS | PAGOS | A PAGAR |
| 2007 | R\$ 1.201.077,11 | R\$ 42.964,12 | R\$ 1.158.112,99 | 0 |
| TOTAL | R\$ 1.201.077,11 | R\$ 42.964,12 | R\$ 1.158.112,99 | 0 |

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas no Exercício)

5.1 – Créditos Recebidos

Esta unidade recebeu através do DPRF os recursos abaixo discriminados no valor total de R\$ 1.135.706,18 (hum milhão, cento e trinta e cinco mil, setecentos e seis reais e dezoito centavos), conforme quadro abaixo:

| Unidade Orçamentária | Projeto/Atividade | Finalidade | Créditos Recebidos |
|---|-------------------|---|--------------------|
| 30101 – Ministério da Justiça | 8853 | Implementação do projeto UNACI – Unidades de Apoio ao Cidadão | R\$ 1.013.528,74 |
| | 8855 | | R\$ 40.668,98 |
| 36901 – Fundo Nacional de Saúde | 8933 | Implementação do SAMU | R\$ 29.978,03 |
| 39250 – Agência Nacional de Transportes terrestres – ANTT | 2346 | Convênio firmado para atuação na fiscalização de transportes rodoviários de passageiros e de cargas Convênios nº 004/2001, nº 010/2004, nº 004/2006 | R\$ 45.762,44 |
| | 2347 | | R\$ 5.767,99 |
| TOTAL | | | R\$ 1.135.706,18 |

5.2.1 – Dos recursos disponibilizados pelo Ministério da Justiça para implantação do Projeto UNACI/PRONASCI previsto para início no segundo semestre de 2009 num total de R\$ 1.013.528,74 (hum milhão, treze mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), R\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil reais) foram destinados a contratação de uma nova rede de rádio comunicação, R\$ 850.220,00 (oitocentos e cinquenta mil, duzentos e vinte reais) para aquisição de veículos especiais para o policiamento e fiscalização e R\$ 24.308,74 (vinte e quatro mil, trezentos e oito reais e setenta e quatro centavos) para aquisição de equipamentos que mobilizarão a Central de Informações Operacionais.

5.2.2 - Dos recursos disponibilizados pelo Fundo Nacional de Saúde para implementação do SAMU, R\$ 20.149,27 (vinte mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e sete centavos) com diárias de servidores, R\$ 4.584,77 (quatro mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) com passagens aéreas, R\$ 2.288,00 (dois mil duzentos e oitenta e oito reais) para material de proteção e segurança, R\$ 2.831,39 (dois mil, oitocentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos) para material de manutenção de viaturas resgate e R\$ 124,60 (cento e vinte e quatro reais e sessenta centavos) para serviços de manutenção de viaturas resgate.

5.2.3 - Dos recursos disponibilizados pela ANTT, a sua totalidade R\$ 51.530,43 (cinquenta e um mil, quinhentos e trinta reais e quarenta e três centavos) foram empregados no pagamento de diárias a servidores envolvidos nas atividades de fiscalização do transporte de cargas e passageiros.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não houve ocorrências no período

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrências no período

8. Renúncia Tributária

Não houve ocorrências no período

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não houve ocorrências no período

10. Operação de Fundos

Não houve ocorrências no período

11. Despesas com cartão de crédito

Tabela x – Cartão de Crédito Cooperativo: série histórica das despesas

| ANO | FATURA | | SAQUE | |
|-------------|------------|--------------|------------|------------|
| | QUANTIDADE | VALOR | QUANTIDADE | VALOR |
| 2006 | 5 | R\$ 3.754,81 | 0 | 0 |
| 2007 | 12 | R\$ 9.768,62 | 1 | R\$ 400,00 |
| 2008 | 3 | R\$ 4.337,21 | 0 | 0 |

Tabela y - Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

| | |
|--|-----------------------|
| LIMITE DE UTILIZAÇÃO TOTAL DA UG: | R\$ 35.500,00 |
| NATUREZA DOS GASTOS PERMITIDOS: | ND 339030 e ND 339039 |
| LIMITES CONCEDIDOS A CADA PORTADOR: | |
| PORTADOR | LIMITE |
| REJANE DE SÁ RIBEIRO ARRUDA | R\$ 3.000,00 |
| ALBERTO RODRIGO FERNANDES CARICIO | R\$ 2.000,00 |

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Unidade Examinada: 11ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco

Relatório nº 208286

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1

Diferença entre valor das ordens bancárias e comprovantes de despesas, bem como de ausência de anulação de empenho em suprimento de fundo não utilizados e de prévia autorização do ordenador de despesas nos processos de prestação de contas da utilização dos cartões corporativos.

Recomendação:

Missão Institucional: **Proteger Vidas**

a) Anexar aos autos dos Processos de Prestação de Contas das despesas de cartão de pagamento do governo federal (CPGF), as anulações dos empenhos correspondentes aos valores não utilizados destes empenhos, em conformidade com o prescrito no item 11.8 da Macrofunção SIAFI 02.11.21;

b) Apensar aos Processos de Prestação de Contas dos gastos realizados por meio de cartão corporativo autorização prévia do ordenador de despesas toda vez que houver saque em espécie, conforme disposições contidas no item 9.2.3.1 do Acórdão TCU 1783/2004 - Plenário;

c) Acompanhar, monitorar e controlar o prazo de vencimento das faturas correspondentes aos gastos de cartões corporativos do Governo Federal, bem como de seus pagamentos respectivos.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor Responsável: Núcleo de Orçamento e Finanças

Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 31/08/2008

A partir de 2008 aumentamos ainda mais as restrições para utilização do cartão de pagamento do governo federal para realização de despesas, nossa orientação é que ele se destinem apenas as despesas que por sua característica singular não possam ser previstas no planejamento realizado no início do exercício se constituindo portanto em despesas emergenciais ou extraordinárias. Diante da recomendação realizada estamos orientando nosso Núcleo de Orçamento e finanças para anexar ao processo o Empenho de Anulação da despesa não realizada ao final do período de concessão, bem como acompanhar o vencimento das faturas, para o suprido recomendamos o não saque de dinheiro em espécie e se isso necessitar ocorrer em função da situação concreta, só realizá-los após autorização prévia do Ordenador de Despesas.

O item 11.8 da Macrofunção SIAFI 02.11.21 é taxativo ao afirmar que "**Será providenciada a anulação dos empenhos correspondentes aos valores não utilizados**". E assim, foi feito conforme tabela abaixo:

| PROCESSO | COMPROVAÇÃO DE DESPESAS (CD) | Números do Empenhos de Anulação | Data das NEs de Anulação |
|---------------------|------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| 08654000947/2007-12 | 14/05/2007 | 2007NE900196 e 2007NE900197 | 14/05/2007 |
| 08654002401/2007- | 24/08/2007 | 2007NE900319 e | 24/08/2007 |

| PROCESSO | COMPROVAÇÃO DE DESPESAS (CD) | Números do Empenhos de Anulação | Data das NEs de Anulação |
|---------------------|------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| 04 | | 2007NE900320 | |
| 08654003484/2007-41 | 20/11/2007 | 2007NE900454 e 2007NE900455 | 20/11/2007 |
| 08654005456/2007-68 | 19/12/2007 | 2007NE900522 e 2007NE900523 | 19/12/2007 |
| 08654005483/2007-31 | 26/12/2007 | 2007NE900535 e 2007NE900536 | 26/12/2007 |

Percebe-se que assim que a despesa foi comprovada na ATUCPR, por meio do documento CD, fato contínuo procedeu-se a anulação dos empenhos. No entanto, **não há** na norma citada pela equipe de auditores **determinação para arquivar os empenhos anulados no processo**, motivo pelo qual não foram apensados. Mesmo assim, acatando a sugestão supra já anexamos os referidos empenhos.

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.2

Efetivação de pagamentos mediante utilização de suprimentos de fundos na modalidade cartão de pagamento do Governo Federal, no valor de R\$ 10.168,62, no exercício de 2007, sendo a maior parte realizada em despesas de materiais de construção, sem critério de elegibilidade e razoabilidade.

Recomendação:

Estabelecer rotina sistemática de planejamento, acompanhamento e controle anual para os gastos efetuados por intermédio de Cartão de Pagamento do Governo Federal com o fito de discipliná-los, regulamentá-los e legitimá-los por meio de instrumento formal atentando para o princípio da razoabilidade e proporcionalidade destes gastos.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor responsável - Núcleo de Orçamento e finanças

Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 31/08/2008

Entendemos não ser possível o estabelecimento de rotinas de planejamento com vistas a implementação de gastos com despesas mediante a utilização de suprimento de fundos na modalidade cartão corporativo, pois caso fosse possível o planejamento essas

despesas poderiam ser realizadas pelo regime ordinário de despesas via licitação ou mesmo dispensa de licitação. Entendemos e utilizamos o regime de suprimento de fundos para atender a despesas emergenciais, que não foram objetivo de planejamento justamente por que não tínhamos condições de antevê-las, desta feita no momento do seu surgimento, em função do seu pequeno valor, da dificuldade de se realizar o regime ordinário de despesa, da sua urgência e da necessidade de realizá-la são implementadas a partir desse meio de pagamento. Quanto ao acompanhamento e controle estes vem sendo realizado, contudo como tudo pode ser melhorado. Para o exercício de 2008 só autorizamos até o momento uma concessão de R\$ 3.000,00 (três mil reais) com fito de atender a despesas que pela sua excepcionalidade não podem ser realizadas pelo regime ordinário de despesas. É importante frisar que não temos como objetivo o consumo de todo o recurso concedido, justamente em função da destinação que nos motiva, ou seja, o fato de direcionar a sua aplicação apenas as despesas excepcionais. Não vemos como falta de elegibilidade, tão pouco de razoabilidade o fato de usarmos boa parte dos recursos para aquisição de materiais vendidos em armazéns de construção, pois os problemas que normalmente surgem e são enquadrados como excepcionais, são aqueles ligados a materiais para conserto de instalações prediais como torneiras, fechaduras, materiais elétricos. Todos esses, salvo melhor juízo tem como principal origem justamente os armazéns de construção. Iniciamos a partir de 2008 um gerenciamento dessas despesas bem mais rígido, e que tem como principal objetivo o não uso desse meio de pagamento. Justamente por se destinar a despesas emergenciais e extraordinária, buscamos planejar nas nossas aquisições ordinárias contemplar a aquisição dos materiais necessários, desta feita esperamos necessitar o mínimo possível do cartão de pagamento e restringi-lo preferencialmente as despesas não previstas e excepcionais.

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.1

Aplicação de tripla taxação de cláusula denotativa de multa contratual, inobservando-se recomendação anterior da CGU/PE.

Recomendação:

RECOMENDAÇÃO: 001

Promover a correção dos instrumentos contratuais vigentes que prevêm tripla taxação.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos à 11ª SRPRF/PE abster-se de incluir nos contatos firmados pela unidade cláusula denotativa de tripla taxação quando da aplicação de multas.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor responsável - Seção Administrativa e financeira

Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer

sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 31/10/2008

foram firmados termos aditivos nos contratos atualmente em vigor para reformas das nossas unidades com o objetivo de corrigir a penalidade prevista no contrato original.

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.2.2

Ausência de projeto básico e orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários, comprometendo a verificação da compatibilidade do preço com os custos.

Recomendação:

Recomendamos à Unidade que proceda ao detalhamento completo do bem ou serviço a ser contratado, discriminando por meio de planilha os custos unitários incorridos, devendo ser analisada a compatibilidade do custo com o preço proposto.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor responsável - Seção Administrativa e Financeira

Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 31/12/2008

A partir da edição da Instrução Normativa nº 02/2008 de 30/04/2008, estamos adaptando nossas contratações de serviços de acordo com os requisitos lá previstos.

Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.5

Não cumprimento de meta acordada, uma vez que o total de recursos de infração não julgados encontra-se com saldo de 115 quando deveria estar com saldo zerado.

Recomendação:

Recomendamos à 11ª SRPF/PE que otimize o julgamento dos recursos interpostos decorrentes de autos de infração, de forma a eliminar, nos primeiros meses do próximo exercício, o saldo de recursos não julgados.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor responsável - Núcleo de Multas e Penalidades

Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: JÁ IMPLEMENTADO DESDE MARÇO/2008;

Dos 115 processos pendentes de julgamento em Dezembro/2007, 06 (seis) eram de competência estranha a JARI e por isso foram remetidos aos respectivos órgãos de responsabilidade. Os demais 109 (cento e nove) foram analisados até meados de Março/2008, pois em Janeiro/08 foram analisados 41 (quarenta e um) em Fevereiro 34 (tinta e quatro) e o restante no mês de março/2008.

Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.1

Elaboração de aditivo contratual sem prévia consulta a Órgão de Assessoria Jurídica.

Recomendação:

Cumprir efetivamente as recomendações da assessoria jurídica, anexando ao processo, no caso de não atendimento destas, as justificativas necessárias.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor responsável - Seção Administrativa e financeira

Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 31/07/2008

Passados os problemas que forçaram a acumulação de função do Chefe da Seção Administrativa e Financeira com a de Superintendente, buscamos aprimorar nossos controles para que com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência encaminhemos os processos de prorrogação contratual para o NAJ/AGU em Recife-PE para que procedam a análise jurídica.

Item do Relatório de Auditoria: 4.1.1.1

Divergências entre os registros do inventário de bens móveis e os respectivos registros contábeis constantes do SIAFI das seguintes conta-descrição:

1.4.2.1.2.48.00-Veículos Diversos e 1.4.2.1.2.52.00- Veículos de Tração Mecânica.

Recomendação:

Regularize os seus registros patrimoniais, compatibilizando os saldos contábeis presentes no SIAFI, com os do inventário físico.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor responsável - Núcleo de Patrimônio e Material

Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: JÁ IMPLANTADO

As diferenças foram geradas quando da transferência realizada por unidades gestoras que movimentaram alguns veículos para serem submetidos a leilão na nossa Regional, essas transferências foram realizadas erradamente em contas diferentes das regulares. O nosso Núcleo de Patrimônio detectou o problema e solicitou que essas unidades estornassem as notas de lançamento e as refizesse com a apropriação correta. As unidades atenderam a nossa solicitação e atualmente as contas SIAFI estão regularizadas com os registros contábeis;

Item do Relatório de Auditoria: 4.2.1.1

Existência de bens móveis na Unidade, classificados em: recuperáveis, antieconômico e irrecuperáveis, sem destinação adequada.

Recomendação:

Recomendamos à 11ª SRPRF/PE observar as disposições da IN SEDAP nº 205/88 e do Decreto nº 9.658/90 quanto ao reaproveitamento ou desfazimentos dos bens móveis classificados como recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, adotando medidas suficientes à adequada destinação dos materiais apontados.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor responsável - Núcleo de Multas e penalidades

Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 30/11/2008

Parte dos materiais classificados como recuperáveis, antieconômico e irrecuperáveis foram destinados ao hospital do câncer de Pernambuco, o restante estão sendo catalogados para serem leiloados quando da realização do leilão da PRF na Região Nordeste que se realizará no Estado de Natal no Mês de Outubro, conforme orientação do nosso DPRF.

Item do Relatório de Auditoria: 5.1.1.1

Falta de ressarcimento ao Erário de valores pagos indevidamente a dois servidores, a título de adicional de periculosidade, totalizando R\$ 1.531,55 a receber, alor referente aos exercícios de 2006, 2007 e 2008, além de valores de exercícios anteriores a calcular De acordo com a Orientação Normativa nº 4, de 13/07/05, do Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), somente se deve efetuar o pagamento do Adicional de Periculosidade aos servidores cujas atividades e/ou locais de trabalho estejam identificados em Laudo de Avaliação Ambiental como caracterizadores da concessão do adicional.

Recomendação:

Promover o ressarcimento ao Erário dos valores pagos, a título de adicional de periculosidade aos seus servidores, sem o devido amparo legal.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor Responsável - Núcleo de Administração de Pessoal

Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 30/09/2008

Já foram implantadas desde Abril/2008 os descontos nas fichas financeiras dos servidores de matrículas 514240 e 1097952 relativo a reposição ao erário dos valores recebidos a título de periculosidade. Os descontos estão sendo realizados de acordo com a margem disponível pelo SIAPE e conforme expectativas o desconto para o servidor de matrícula 1097952 deve acabar já na folha de Julho/08 e o desconto na folha do servidor de matrícula 514240 deve acabar na folha de Setembro/2008.

Item do Relatório de Auditoria: 5.1.1.2

Insuficiência de medidas visando assistência médica ocupacional e de monitoramento biológico, destinadas à proteção de servidores expostos a condições insalubres ou perigosas.

Recomendação:

Adotar medidas que visem, efetivamente, à promoção de assistência médica ocupacional e ao monitoramento biológico dos servidores expostos às condições insalubres e perigosas na Unidade, assim como fornecer aos mesmos os equipamentos de proteção individual necessários a minimizar os possíveis efeitos negativos decorrentes do exercício das atividades inerentes aos cargos ocupados pelos mesmos.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor Responsável: Seção de Recursos Humanos

Providências a serem Implementadas

No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 31/12/2008

Estamos continuando no nosso esforço em adotar medidas efetivas para a promoção de assistência médica ocupacional e ao monitoramento biológico dos servidores expostos às condições insalubres e perigosas.

Item do Relatório de Auditoria: 5.2.1.1

Pagamento de diárias a servidores, posteriormente a realização dos deslocamentos.

Recomendação:

Diante do exposto, recomendamos à Unidade, quando das concessões de diárias aos seus servidores, cumprir o disposto no art. 5º do Decreto nº 5.992/2006, no que se refere à necessidade do pagamento antecipado de diárias, à exceção das situações especificadas no referido artigo.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor Responsável: Núcleo de Orçamento e Finanças

Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos

esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 31/12/2008

O Núcleo de Finanças realiza o pagamento de cerca de 1600 PCD's por exercício financeiro. Destas, 90% em média são efetuadas antes do início da viagem do servidor. As restantes têm o pagamento a *posteriori* por fatores atípicos e extrínsecos à gestão financeira, tais como missões que requerem sigilo como as de inteligência e correccionais, atividades operacionais de pronto-emprego e, outros entraves burocráticos de descentralização de recursos do DPRF, por exemplo. Em comum, as certezas de que o servidor vai receber sua diária, de que o atraso no pagamento nunca ultrapassou o exercício financeiro e de que a administração sempre evidenciará esforços na tentativa de cumprir fielmente o que preconiza o art. 5º do Decreto nº 5.992/2006. Em conclusão existem situações que a emergencialidade do deslocamento impede que os tramites administrativos sejam tão rápido quanto o momento da necessidade do deslocamento, logo o prejuízo causado pelo não deslocamento na oportunidade do fato, será muito maior do que o pagamento da diária após o dia de deslocamento.

Item do Relatório de Auditoria: 6.1.1.1

Ausência de pesquisa de preços de forma a comprovar a compatibilidade das propostas de suprimento de bens e serviços por meio de Dispensa de licitação com os praticados em mercado, em conformidade com os termos do inciso III, parágrafo único do Art. 26 da Lei 8666/93.

Recomendação:

Tendo em vista a consecução do princípio da economicidade faz-se necessário realizar pesquisa de preço junto a empresas atuantes no segmento de mercado correspondente à compra ou à contratação do serviço, de forma a evidenciar a compatibilidade da proposta com o preço efetivamente praticado em mercado. A consulta de preços efetuada deverá ser anexada ao processo, ficando à disposição dos órgãos de controle e da gestão da Unidade.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor Responsável: Núcleo de Serviços Gerais

Providências a serem Implementadas

➤ No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação: 31/12/2008

Estamos tentando estruturar o Núcleo de Serviços Gerais com uma estrutura maior de pessoal para proceder a pesquisa de preços mais ampla, contudo como não temos previsão quanto a realização de concurso público para a contratação de servidores administrativos, estamos limitados a realizar tal medida com servidores policiais, pois os servidores policiais estão sendo deslocado prioritariamente para a atividade fim, como não poderia deixar de ser, e a contratação de novos serviços terceirizados está limitada a disponibilidade orçamentária. Importante frisar que a juntada de 03 (três) orçamentos aos processos de dispensa em conjunto as demais atividades do NUSEG, se constitui num volume considerável de trabalho, haja vista o não atendimento imediato ou mesmo retardado dos fornecedores consultados, desta feita para se conseguir três orçamentos se pesquisa no mínimo 05 (cinco) fornecedores e mesmo assim não há a garantia de receber pelo menos 03 (três);

Com vistas a melhor esclarecimento transcrevemos o texto esculpido pela equipe de auditoria quando da análise das nossas justificativas:

"Quanto à apresentação de "no mínimo 03 (três) orçamentos de empresas do mercado local como prova de adquirir ou contratar serviços por preços compatíveis com o mercado", obviamente que o levantamento do preço de mercado exige pesquisa mais abrangente que apenas dois preços além do apresentado pela empresa contratada."

Discordamos dessa posição pois o TCU já se pronunciou quanto a necessidade de promover a realização de pesquisa de preços e que essas pesquisas deveriam ser realizados em pelo menos **duas** empresas. Importante notar que esta recomendação foi feita para todos os procedimentos licitatório, nos casos de dispensa, considerados menos complexos a flexibilidade seria até menor, contudo como por analogia a CGU esta estendendo os procedimentos do processo licitatório para os casos de dispensa de licitação, acreditamos esta ser a formula mais adequada a ser utilizada. Abaixo transcrevemos fragmento do Acórdão TCU da 2ª Câmara que fez parte da RELAÇÃO 39/2004 - Gab. do Min. ADYLLSON MOTTA - Segunda Câmara:

Determinações e/ou recomendações:

I) ao Órgão que:

.....

1.5. promova, em todos os procedimentos licitatórios, a realização, de pesquisa de preços em pelo menos duas empresas pertencentes ao do objeto licitado ou consulta a sistema de registro de preços, visando aferir a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado, nos termos do disposto no inciso V, § 1º, art. 15 e inciso IV, art. 43, da Lei nº 8.666, de 1993 e Decisões nºs 431/1993-TCU-P, 288/1996-TCU-P e 386/1997-TCU-P;

Diante do exposto reinteramos nosso entendimento de que a comprovação de preços através da pesquisa de preços, pode ser realizada em pelo menos duas empresas, além daquela de menor valor a ser contratada.

Item do Relatório de Auditoria: 6.2.1.1

Falta de comprovação documental da conformidade dos preços faturados àqueles praticados no mercado quanto ao contrato de manutenção de veículos da 11ª SRPRF/PE.

Recomendação:

Recomendamos à Entidade anexar aos autos dos processos de pagamento comprovação documental da efetiva conformidade dos preços faturados àqueles praticados no mercado.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor responsável: Núcleo de Serviços Gerais

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

13.4 Prazo limite de implementação: JÁ IMPLEMENTADO

Desde a visita da Equipe de auditoria no início do exercício de 2008, e da recomendação realizada, o Núcleo de Serviços Gerais já vem procedendo a pesquisa no mercado dos preços praticados de peças para manutenção de veículos, e anexando a pesquisa junto a Nota Fiscal de pagamento das despesas do Contrato.

Item do Relatório de Auditoria: 7.1.1.1

Não atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União disposta no Acórdão nº 37/2006, quanto à regularização na situação dos veículos doados pela Unidade.

Recomendação:

Recomendamos à 11ª SRPRF/PE dar cumprimento ao disposto no Acórdão nº 37/2006, do Tribunal de Contas da União, providenciando junto ao DETRAN/PE a regularização dos veículos doados a outras instituições.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor Responsável: Superintendência

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos espostos pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

O processo e a comissão nomeada especialmente para este fim ainda não foi concluído, a comissão continua realizando os seus trabalhos e se debruçando sobre os temas, analisando caso a caso as particularidades que envolvem os objetos recomendados.

Item do Relatório de Auditoria: 7.2.1.1

Entrega do Processo de Tomada de Contas sem estar constituído da totalidade das peças exigidas na IN/TCU nº 47/2004 e na DN/TCU nº 85/2007 atualizada pela DN/TCU/88, bem como em desacordo com as instruções da Portaria CGU 1.950/2007.

Recomendação:

Recomendamos à Entidade formalizar o Processo Anual de Tomada de Contas de acordo com a IN TCU 47/04, bem como com os normativos anuais emitidos pelos órgãos de Controle Interno e Externo, encaminhando-o com todas as peças exigidas nesses normativos tempestivamente.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação

(Assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento)

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Setor Responsável: Superintendência

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos

esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

➤ No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Acatamos a recomendação e buscaremos eliminar as inconsistências no próximo processo de tomadas de contas, contudo também gostaríamos de ressaltar que buscamos realizar todos os procedimentos com o maior esmero possível, respeitando nossos limites e capacitação, tendo inclusive entregue o processo antes do prazo limite, acreditando que a Controladoria Geral da União poderia utilizar esta antecedência para revisar previamente o nosso processo e já solicitar os ajustes necessários antes mesmo do encerramento do prazo. Infelizmente esta estratégia não foi bem entendida nem teve o efeito esperado.

13. Determinações e Recomendações do TCU

Acórdão: 5226/2008 – TCU – 2ª Câmara

Descrição da Recomendação:

- Restrinja o pagamento de diárias posteriormente ao deslocamento do servidor para as hipóteses citadas no art. 5º, incisos I e II, do Decreto 5.992/2006;

Setor Responsável pela implementação:

- Setores que demandam diárias, Núcleo de Orçamentos e Finanças e Divisão de Planejamento Orçamentário do DPRF

Providências adotadas:

- Normalmente estes atrasos nos pagamentos de diárias ocorrem em função de dois motivos:
 - 1) ou as demandas são urgentes em função da atividade que o órgão desempenha que em algumas situações exigem pronta atuação;
 - 2) demoras na descentralização de recursos para o pagamento das diárias
- Quanto ao primeiro motivo, esta já amparado pelo inciso II do Art. 5º do Decreto 5.992/2007;
- Quanto ao segundo motivo, estamos fazendo gestões junto a Divisão de Controle Orçamentário para que seja descentralizado para nossa UG um valor estimativo de recursos com diárias a serem gastos por um certo período previamente determinado, pois invariavelmente na atualidade esses recursos só são descentralizados quando da convocação dos servidores e em função do necessário trâmite administrativo e burocrático não atende a velocidade exigida para o pagamento das diárias. Caso seja acatada a nossa sugestão e descentralizados os recursos por estimativa, acreditamos que tudo se resolveria.

Descrição da Recomendação:

- Corrija os instrumentos contratuais vigentes que prevêm tripla sanção do contratado no caso de atraso no cumprimento de obrigações, abstendo-se de incluir, nos próximos contratos firmados

pela Unidade, Cláusula que preveja tripla aplicação de multa moratória;

Setor Responsável:

- Seção Administrativa e Financeira

Providências adotadas:

- Foram firmados termos aditivos para regularização dos contratos já assinados e corrigidas as minutas de contratos para as futuras contratações.

Descrição da Recomendação:

- Anexe nos processos de pagamentos referentes a aquisição de peças para viaturas da Unidade, como boa praxe administrativa, documentos que comprovem a efetiva conformidade dos preços faturados com aqueles praticados no mercado.

Setor Responsável pela implementação
Núcleo de Serviços Gerais

Providências adotadas:

- Estamos nos esforçando para cumprir a determinação a risca, contudo há um grande obstáculo em função das empresas não se disponibilizarem a fornecer rotineiramente orçamentos com o custo das peças por elas comercializados, pois elas já sabem que esses orçamentos não se concretizarão em compras, mas pura e simplesmente servem apenas de confrontação de preços, chegando inclusive a alegar que assumem um custo com servidores e equipamentos para fazerem esse trabalho sem nenhum retorno, e o que pesa bastante é que não raras vezes não se trata de um pequeno número de peças, mas pelo contrário são listas extensas de peças que consomem as vezes mais de um dia para sua elaboração.

14. Atos de Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

| ATOS | QUANTIDADE | REGISTRADOS NO SISAC Quantidade |
|---------------|------------|------------------------------------|
| Admissão | 0 | 0 |
| Desligamentos | 3 | 0 |
| Aposentadoria | 15 | 4 |
| Pensão | 4 | 0 |

Obs: Todo o procedimento de concessão e cadastro no SISAC é realizado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF, logo as diferenças existentes entre a quantidade dos eventos e os registros no SISAC são de responsabilidade daquele órgão.

15. Dispensas de Instaurações de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado**Não houve ocorrências no período****16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos**

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa- total incorrido no exercício

| Descrição: | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|--|------|-------------------|------|-------------------|------|-------------------|
| | Qde | Despesa | Qde | Despesa | Qde | Despesa |
| Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade | 499 | R\$ 41.416.400,23 | 493 | R\$ 46.421.906,67 | 473 | R\$ 47.067.645,59 |
| Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |
| Total Pessoal Próprio | 499 | R\$ 41.416.400,23 | 493 | R\$ 46.421.906,67 | 473 | R\$ 47.067.645,59 |

| Descrição: | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|---|------|---------------|------|---------------|------|----------|
| | Qde | Despesa | Qde | Despesa | Qde | Despesa |
| Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo | 1 | R\$ 22.652,62 | 0 | R\$ 11.668,76 | 0 | R\$ 0,00 |
| Total Pessoal Terceir. + Estag. | 1 | R\$ 22.652,62 | 0 | R\$ 11.668,76 | 0 | R\$ 0,00 |

Obs: a Despesa em 2007 se extinguiu em 05/07/2007.

| Descrição: | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|--|------|----------|------|----------|------|----------|
| | Qde | Despesa | Qde | Despesa | Qde | Despesa |
| Contratações temporárias (Lei 8.745/1993) | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |
| Total Pessoal Terceir. + Estag. | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |

| Descrição: | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|--|------|------------------|------|------------------|------|------------------|
| | Qde | Despesa | Qde | Despesa | Qde | Despesa |
| Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza | 58 | R\$ 1.018.872,41 | 58 | R\$ 1.092.134,28 | 54 | R\$ 1.076.856,47 |
| Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo | 30 | R\$ 347.682,29 | 30 | R\$ 322.424,31 | 31 | R\$ 398.766,54 |
| Pessoal Terceirizado Outras Atividades | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | R\$ 0,00 |
| Estagiários | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total Pessoal Terceir. + Estag. | 88 | R\$ 1.366.554,70 | 88 | R\$ 1.414.558,59 | 85 | R\$ 1.475.623,01 |

| Descrição: | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|--|------|----------|------|----------|------|----------|
| | Qde | Despesa | Qde | Despesa | Qde | Despesa |
| Pessoal Requisitado em exercício na unidade, com ônus | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |
| Pessoal requisitado em exercício na Unidade, sem ônus | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |
| Total Pessoal Requisitado, em Exercício na Unidade | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |
| Descrição: | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
| | Qde | Despesa | Qde | Despesa | Qde | Despesa |
| Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |
| Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |
| Total Pessoal cedido pela Unidade | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 | 0 | R\$ 0,00 |

| Descrição: | 2008 | |
|---|------|-------------------|
| | Qde | Despesa |
| Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade | 422 | R\$ 42.375.706,03 |
| Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade | 51 | R\$ 4.691.939,56 |
| Total Geral | 473 | R\$ 47.067.645,59 |

Obs: O pessoal de suporte também desenvolve ações finalísticas em reforço ao primeiro grupo, principalmente nos eventos de maior vulto como feriados e datas festivas.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

- A despesa com pessoal ativo foi apurada com base nos valores constantes do Relatório DDP mensal do sistema SIAPE na Conta 33.3190.11
- A despesa com pessoal de suporte foi apurada para os cinquenta e um servidores em Dezembro de 2008.

17.1 – AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE DE CAPACITAÇÃO – AÇÕES 8692 e 4572

O Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal tem como atribuição, dentre outras, a capacitação do efetivo da Regional, como também a promoção da educação para o trânsito para o público interno e externo, divulgando o trabalho da PRF perante a sociedade. Quanto a Legislação de Pessoal, o Núcleo analisa os processos e produz pareceres quanto a legalidade dos pleitos dos servidores.

CAPACITAÇÃO

Durante o exercício de 2008, foram capacitados 641 servidores na 11ª SRPRF/PE. No 1º semestre os eventos de capacitação foram voltados para a área meio, com curso de licitação, contratos e formação de pregoeiros, realizado em Natal- RN, e o Seminário das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, realizados em Maceió -AL, onde foram capacitados 4 PRF's.

Atendendo ao convite da Receita Federal capacitou-se 3 PRF's. Deu-se preferência aos colegas da SPF e dos municípios de Salgueiro e Caruaru por se tratar de municípios com alto índice de mercadorias contrabandeadas.

Visando diminuir o erro no preenchimento dos autos de infração e treinar o efetivo no uso do etilômetro, a Seção de Policiamento e Fiscalização efetuou um evento de capacitação nesse sentido. Neste evento abordou-se também a IN 002/2008 que vinha causando polêmica junto ao efetivo quanto a

sua interpretação e uso. Este evento contemplou toda a regional.

Com a chegada dos talões eletrônicos a SPF solicitou um treinamento para dois servidores da 4ª e 5ª Delegacias. Este treinamento teve como objetivo treinar esses dois servidores para que os mesmos multiplicassem o conhecimento adquirido junto aos demais colegas dessas Delegacias.

A ABIN ofereceu um Curso Básico de Inteligência e o NUIINT solicitou a participação de um dos seu integrantes no mesmo. A duração foi de 80 h/aula e foi realizado no auditório da Sede da ABIN em Recife/PE.

Dando prosseguimento ao Programa de Atualização Policial, promovido pela Coordenação de Ensino e gerenciado pelo NUCAP, deu-se início aos módulos II e III desse programa. O módulo II visa atualizar os PRF's no uso progressivo da força, armamento e tiro e o módulo III tem como finalidade atualizar o efetivo nas questões relativas ao policiamento e fiscalização. O módulo III foi praticamente concluído no ano de 2008, restando apenas alguns PRF's remanescentes para realiza-lo, enquanto que o módulo II foi apenas iniciado.

A Comissão Regional de Educação para o Trânsito, presidida pelo servidor IVANIL Marques Silva Júnior, promoveu junto com o NUCAP e com alguns servidores que se identificam com o tema, palestras educativas em diversas instituições, tais como escolas de educação infantil, nível fundamental, médio e universidades. Essas palestras também foram realizadas em hospitais e indústrias, totalizando 4.018 pessoas treinadas em todo o Estado de Pernambuco.

Segue abaixo planilhas tanto dos cursos realizados como das palestras relacionadas a educação para o trânsito.

RELATÓRIO DE PALESTRAS – jan a jul/2008 – 11ª SRPRF/PE**Educação para o Trânsito**

| Nome do Evento | Período | Particip | Local | Local |
|---|----------|----------|-----------------------------|------------------------------------|
| SEGURANÇA NO TRÂNSITO PARA CAMINHONEIROS | 25/02/08 | 17 | RECIFE-PE | EMPRESA NETUNO PESCADOS |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO | 19/03/08 | 60 | RECIFE-PE | ESCOLA MADRE DE DEUS |
| DIREÇÃO DEFENSIVA | 28/03/08 | 23 | CARUARU – PE | SUPERMECADOS BONANÇA |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E ALERTA CONTRA O USO DAS DROGAS | 01/04/08 | 50 | RECIFE-PE | ESCOLA ESTADUAL ELEONOR ROOSEVELT |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E ALERTA CONTRA O USO DAS DROGAS | 23/04/08 | 50 | RECIFE-PE | ESCOLA AMERICANA DO RECIFE |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E ALERTA CONTRA O USO DAS DROGAS | 25/04/08 | 215 | RECIFE-PE | ESCOLA JESUS DE NAZARÉ |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E LEGISLAÇÃO DE PRODUTOS PERIGOSOS | 29/04/08 | 30 | RECIFE-PE | A.C. LIRA TRANSPORTES |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E ALERTA CONTRA O USO DAS DROGAS | 17/05/08 | 504 | VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE | AÇÃO GLOBAL – SESI |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO | 28/05/08 | 15 | RECIFE-PE | UNIV. SALGADO DE OLIVEIRA |
| DIREÇÃO DEFENSIVA | 03/06/08 | 26 | SERRA TALAHADA – PE | COMP. DE ELTRICIDADE DE PE – CELPE |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO | 13/06/08 | 57 | RECIFE-PE | COLÉGIO MODELO |
| COMANDO EDUCATIVO | 30/06/08 | 63 | SÃO CAETANO – PE | POSTO DA PRF |
| PALESTRA SOBRE LEI SECA | 09/07/08 | 19 | CARUARU – PE | LOJA MAKRO |
| PALESTRA SOBRE LEI SECA | 23/07/08 | 900 | CARUARU – PE | ESCOLAS REUNIDAS DUQUE DE CAXIAS |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 28/07/08 | 100 | RECIFE-PE | INDUSTRIA VITARELLA |
| PALESTRA SOBRE LEI SECA | 28/07/08 | 150 | QUIPAPÁ – PE | ESCOLA DR. FERNANDO PESSOA DE MELO |
| PALESTRA SOBRE LEI SECA | 29/07/08 | 60 | CABO – PE | MCM CONSTRUÇÕES E MONTAGEM |

RELATÓRIO DE PALESTRAS – ago a dez/2008 – 11ª SRPRF/PE**Educação para o Trânsito**

| Nome do Evento | Período | Particip | Local | Local |
|--|----------|-------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 06/08/08 | 14 | RECIFE-PE | NELCAR TRANSPORTES E TURISMO |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 09/08/08 | 66 | CARUARU – PE | COMP. DE ELTRICIDADE DE PE – CELPE |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 11/08/08 | 84 | CARUARU – PE | TRANSPORTADORA RAMOS |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 12/08/08 | 51 | RECIFE-PE | NACIONAL GÁS BUTANO |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 29/08/08 | 30 | CARUARU – PE | AMBEV |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 10/09/08 | 60 | RIBEIRÃO | USINA PUMATY |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 18/09/08 | 17 | CARUARU – PE | LOJA MAKRO |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 22/09/08 | 19 | CARUARU – PE | LOJA MAKRO |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 23/09/08 | 21 | CARUARU – PE | LOJA MAKRO |
| PALESTRA SOBRE LEI SECA | 29/09/08 | 79 | CARUARU – PE | TRANSPORTADORA RAMOS |
| EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E ALERTA CONTRA O USO DE DROGAS | 30/09/08 | 60 | OLINDA – PE | COLÉGIO CARPEN DIEN |
| PALESTRA SOBRE LEI SECA | 30/09/08 | 240 | CARUARU – PE | COLÉGIO FRANCISCANO MARIA DOS ANJOS |
| PALESTRA SOBRE LEI SECA | 30/09/08 | 40 | CARUARU – PE | COLÉGIO FRANCISCANO MARIA DOS ANJOS |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 19/10/08 | 120 | RECIFE-PE | COLÉGIO MATER CHRISTI |
| PALESTRA E EXPOSIÇÃO SOBRE A PRF | 24/10/08 | 400 | RECIFE-PE | COLÉGIO MARIA AUXILIADORA |
| MISSÃO INSTITUCIONAL DA PRF | 31/10/08 | 43 | CARUARU – PE | POLO DA MODA DE CARUARU |
| PALESTRA SOBRE LEI SECA | 05/11/08 | 45 | CARUARU – PE | EMPRESA ELETRON |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 14/11/08 | 60 | CARUARU – PE | POSTO DA PRF |
| PALESTRA SOBRE ALCOOL E DIREÇÃO | 12/08/09 | 30 | RECIFE-PE | BUNGE ALIMENTOS |
| PALESTRA E EXPOSIÇÃO SOBRE A PRF | 19/12/08 | 200 | VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – PE | MOVIMENTO VITÓRIA SEM DROGAS |
| TOTAL DE PARTICIPANTES : | | 4018 | | |

RELATÓRIO DE CURSOS – jan a dez/2008 – 11ª SRPRF/PE

| Nome do Evento | Carga Horária | Participantes | | | | Local | Custos |
|--|---------------|---------------|----------|----------|------------|------------------|---------------|
| | | PRF | ADM | Outros | Total | | |
| Curso de Licitação ,Contrato e Formação de Pregoeiros | 40h | 2 | 0 | 0 | 2 | Natal – RN | R\$ 815,84 |
| Seminário das Normas Bras. De Contabilidade Aplicadas ao Setor Público | 16h | 2 | 0 | 0 | 2 | Maceió – AL | R\$ 462,66 |
| Treinamento de Combate a Pirataria e Outras práticas Ilegais | 08h | 3 | 0 | 0 | 3 | Recife-PE | R\$ 285,10 |
| Treinamento de Preenchimento e Digitação de Auto de Infração e Uso de Etilômetro | 08h | 226 | 0 | 0 | 226 | 11ª SRPRF | R\$ 1.609,50 |
| Projeto de Implantação de Talão Eletrônico | 08h | 2 | 0 | 0 | 2 | Recife-PE | R\$ 91,00 |
| Treinamento de Preenchimento e Digitação de Auto de Infração e Uso de Etilômetro | 08h | 85 | 0 | 0 | 85 | 11ª SRPRF (sede) | R\$ 0,00 |
| Curso Básico de Inteligência | 80h | 2 | 0 | 0 | 2 | Recife-PE | R\$ 1.331,35 |
| Módulo III – Programa de Atualização policial – Policiamento e Fiscalização | 08h | 210 | 0 | 0 | 210 | 11ª SRPRF | R\$ 4.453,72 |
| Módulo II – Programa de Atualização Policial – Tiro e Uso Progressivo da Força/ 01ª fase | 16h | 109 | 0 | 0 | 109 | 11ª SRPRF | R\$ 5.694,00 |
| | | 641 | 0 | 0 | 641 | | R\$ 14.743,17 |

LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

Como foi anteriormente mencionado, faz parte das atribuições do NUCAP analisar processos e emitir pareceres quanto a legalidade dos mesmos e dos pleitos constantes dos requerimentos dos servidores. No exercício de 2008 foram emitidos 86 pareceres, segue abaixo uma estratificação simplificada quanto aos tipos:



DA ANÁLISE DOS RESULTADOS DE 2008 E AS METAS PARA 2009.

O planejamento inicialmente feito para o ano de 2009 terá que passar por alterações em virtude do Memorando 289/2009-COEN nos informar da impossibilidade de envio de recursos para o referido ano. De acordo com o supracitado memorando, cortes no orçamento e a demora na liberação de verba suplementar tornaram imperiosa esta medida para não prejudicar o Curso de Formação Profissional 2009.

Contudo, os cursos planejados para o ano de 2009, antes de recebermos o memorando citado no parágrafo anterior, foram os seguintes:

- Administração Patrimonial no Serviço Público
- Aposentadoria e Pensões. Procedimentos e Rotinas Para Cálculos.
- Cerimonial e Protocolo em Eventos.
- Compras – Consolidação das Várias Formas de Comprar e Contratar na Administração Pública.
- Curso Prático de Legislação de Pessoal.
- Gerenciamento de Projetos de Engenharia e Arquitetura.
- Gerenciamento de Transporte – Planejamento, Sistemas de Custos e Manutenção de Frota.
- Gestão de Documentos Públicos.
- Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização e Serviços na Administração Pública.
- Licitação e Contratos Na Administração Pública Atualizado Com Ênfase No Pregão (Presencial e Eletrônico) e Sistema de Registro de Preços.
- Curso Integrado de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil No Serviço Público Sob a Égide da LRF.
- Aspectos Legais.

Condução Policial (Direção Defensiva, Condução Policial e Mecânica).
Salvamento.

15. Programa de Atualização Policial II -Uso Legal e Progressivo da Força- Armamento e Tiro.

16. Identificação veicular.

17. Curso de análise de dados do tacógrafo.

18. Treinamento para a utilização do BR BRASIL.

Diante da falta de recursos necessários à capacitação para o ano de 2009, nos vemos obrigados a restringir nossa área de atuação à região metropolitana do Recife, uma vez que nessa região podemos convocar o efetivo aí lotado sem ter que pagar diárias ao mesmo. Parcerias com outros Órgãos e Entidades também serão buscadas visando, desta forma, mitigar as deficiências e termos melhores condições de cumprir as metas estabelecidas.

17.2 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE – AÇÃO 2000

Ação de Administração da Unidade consumiu R\$ 2.550.631,77 (dois milhões, quinhentos e cinquenta reais, seiscentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos) durante o exercício de 2008 o que representou 38,56 % de todo o recurso movimentado pela regional durante o exercício. Isto demonstra que as atividades de manutenção da máquina administrativa envolve uma quantidade considerável de recursos, sem esquecer que não estão contabilizados neste montante as despesas com telefonia, combustíveis e manutenção da frota, adicionando estas despesas certamente este percentual ultrapassará a casa dos 50 %;

Dos recursos movimentados na ação administração da unidade destacam-se as despesas com vigilância armada com participação de 22,72%, limpeza e conservação com participação de 19,41%, Apoio Administrativo com 15,72% e despesas com fornecimento de energia elétrica com 15,03%;

Do todas de recursos movimentados apenas 5,77% foram destinados a despesas de capital e 94,23% para despesas correntes;

Em verdade chamar a aplicação desses recursos de “gestão”, é empregar termo bastante amplo e desproporcional ao que na realidade ocorre. A começar pela descentralização desses recursos que são realizadas diretamente pelo órgão central o DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF, que além de centralizar a provisão de todos esses recursos, faz também o controle e a aferição da necessidade e aprovação dessas despesas, ou seja, as Regionais não têm autonomia de fato na gestão orçamentária e financeira, essa autonomia fica apenas no plano teórico, todas as despesas são previamente analisadas pelo DPRF e por ele aprovadas, a Regionais única e exclusivamente faz a aplicação do recurso aprovado;

Só a partir do ano de 2009 é que esta prevista a participação das Regionais nos trabalhos de planejamento e elaboração da proposta orçamentária de todo o DPRF, até o exercício de 2008 tudo esse estratégico trabalho era realizado pelo DPRF que decidia quanto e onde iria ser utilizado os recursos , elegendo inclusive as prioridades;

Todo o esforço da administração local é por tentar reduzir cada vez mais a participação das despesas ligadas a administração da unidade, contudo o aumento nas atribuições, o aumento no valor das tarifas públicas, a intensificação no uso dos meios de comunicação e tecnologia da informação e a falta de concurso público para mobiliar as funções administrativas, vêm contribuindo para que estas

despesas aumentem, ou no máximo se conservem no patamar atual, sacrificando outras despesas mais diretamente envolvidas com a atividade fim.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

18.1 - CONCLUSÃO

Durante o exercício de 2008 vivenciamos aspectos que há alguns anos não tínhamos mais vivido, e até já havíamos nos acostumados a ambientes de calmarias e uma navegação tranqüila. A crise econômica mundial que no início parecia ser apenas restrita aos Estados Unidos da América contaminou rapidamente outros países inclusive o Brasil. O reflexo sentido pela Polícia Rodoviária Federal transcende o viés econômico, digo orçamentário e financeiro, o efeito psicológico e prático com o qual a sociedade é atingida, influencia decisivamente no comportamento dos usuários das rodovias, e no nosso caso particular as rodovias federais, onde os atributos de velocidade, reação e relacionamentos são exacerbados.

Qualquer medida tomada tanto pelos usuários como pelo governo, desemboca em reflexos diretos e indiretos no comportamento dos usuários de veículos e por conseguinte na condução desses equipamentos nas rodovias. O simples fato do efeito psicológico da redução do IPI na compra dos veículos novos, faz com que o consumidor Pernambucano, mesmo sem precisar, adquira um veículo novo e contribua para uma maior densidade de veículos nas vias e rodovias.

Pernambucano também vem passando ultimamente por um aumento na oferta de novas rodovias de tráfego o que de sobremaneira vem facilitando o deslocamento dos seus cidadãos mas em contrapartida vem aumentando a velocidade de cruzeiro e proporcionalmente a gravidade das avarias e dos ferimentos nos acidentes de trânsito. O equilíbrio dessas forças está longe de acontecer pois depende de fatores externos ao sistema de trânsito, como por exemplo a educação em todas suas matizes e a cultura de manutenção.

O emprego da força policial atualmente se reveste de uma nova política de segurança pública, o emprego intensivo de recursos de tecnologia da informação, a racionalização dos meios através de planejamentos estratégicos, o emprego das técnicas de policiamento comunitário, aproximou fortemente a polícia e os policiais da sociedade. O próprio conhecimento das leis e dos direitos fez com que usuário e fiscal se relacionasse com um mínimo de sincronia, tendo o resultado a diminuição dos tratos presenciais e a intensivação dos relacionamentos virtuais

A Polícia Rodoviária Federal tem um grande desafio, ultrapassar este período de transição, e chegar pari passo junto com as novas gerações, nos ambientes da atualidade recheada de recursos e profissionais capazes de sobreviver as exigências e interesses da sociedade. Não resta dúvidas que nem todas as instituições sobreviverão a esses processo seletivo, diferentemente do passado, não bastará unicamente ser forte, será necessário esta aberto as novidades, ter um potencial de absorção de informações e uma agilidade para se adaptar as novas necessidades.

A Polícia Rodoviária Federal em Pernambuco, esta se preparando para este desafio, durante o exercício de 2008, se dedicou a arrumação de diversas pendências, buscou aprender e reaprender algumas coisas que estavam meio que de lado, e buscou quebrar paradigmas e erradas impressões que

há muito tempo a caracterizava.

Para 2009 esta planejado a implementação de uma nova política de policiamento, na verdade uma nova matriz de policiamento baseada em tempo de resposta e na excelência no atendimento as necessidades do cidadão. O homem deixa de ser simplesmente indivíduo, deixa de ser apenas um membro, passa decisivamente a condição de cidadão co-autor e co-ator das responsabilidades e dos destinos do País. A sua condição de cidadão esta muito além do direito de eleger os seus governantes e lhe confiar a sua liberdade e destino, ele passa e assume a responsabilidade de junto administrar, construir e pensar o futuro da sociedade que planeja para seus descendentes. A consciência ecológica, o uso racional dos recursos naturais e a busca pela qualidade de vida certamente será o próximo passo. A Polícia Rodoviária Federal esta buscando se antecipar a esse fato e projeta cenários, ambientes que entende ser o local onde as transações se darão, a velocidade dos negócios e a necessidade da informação em tempo real, fará de qualquer local, e ai esta incluso as rodovias, ambiente de serviços e interação. Não se pode negar que os veículos se adaptarão a essa exigência, não será possível pensar uma fiscalização eficiente utilizando os meios e os recursos que dispomos atualmente, essas atividades, se existirem no futuro, estarão totalmente modificadas e exigiram uma estrutura que necessitará muito mais de circuito do que de músculos.

A resistência a mudança sempre existirá e será um grande obstáculo, o importante é que os resistentes entendam que seu ideal não pode chegar as raias do absurdo, sob pena de conduzir o órgão a sua extinção, uma vez aberta uma trilha, nada e ninguém a apagará o único jeito será conviver com ela da forma mais inteligente e eficiente possível.

Apostamos muito na implantação do Projeto UNACI durante o exercício de 2009, entendemos que será a melhor forma de mostrar a sociedade o quanto nós podemos ser útil, e que ainda somos necessários, o sucesso apesar de ser nossa responsabilidade, também dependerá das articulações e das parcerias que teremos que firmar com os órgãos federais, estaduais, municipais e por que não dizer os privados, só assim será possível efetivamente falar em segurança pública, ou seja, feita por todos e para todos.

**ANEXO ALFA – Planilha de Apuração Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL-1836
11ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL – ESTADO PE**

| DEL | PÓSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE | | | | | | | | | | PÓSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI | | | | | PÓSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS | | | | | INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES | | | | |
|--|------------------------------|-----------------|-------------|------------|-----------------|--------------------|-------------------|------------------|-----------------|------------------------|------------------------------|-----------------|--|---|-----------------------------|-------------------------------|-----------------|--|---|-----------------------------|----------------------------|--|--|--|--|
| | ESPAÇO FÍSICO | ASPECTO EXTERNO | INSTALAÇÕES | INFRA-ESTR | SOMA PONTOS / 4 | EQUIP. INFORMÁTICA | REDE DRR/INTERNET | SISTEMA DE RÁDIO | SOMA PONTOS / 3 | QUANTIDADE SUFICIENTE? | IDADE ADEQUADA? | SOMA PONTOS / 2 | QUANTIDADE MÉDIA DE POLÍCIAS NA ESCALA EM 2008 | QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO | REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS? | MANUTENÇÃO / ALGUMA | O PÓSTO RECEBEU | QUANTIDADE DE POLÍCIAS EM ESCALA EM 2008 | QUANTIDADE MÉDIA DE VIATURAS EM FUNCIONAMENTO | REFORMA NOS ÚLTIMOS 4 ANOS? | MANUTENÇÃO / ALGUMA | O PÓSTO PARA GUARDA DE VEÍCULOS É CERCADO? | | | |
| DEL 1101 - CIDADE RECIFE | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 0 | 1 | 0,5 | 7 | 3 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO CONTORNO - CIDADE RECIFE | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 0 | 1 | 0,5 | 4 | 2 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO UGARASSU - CIDADE GARASSU | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 0 | 1 | 0,5 | 4 | 2 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO CARPINA - CIDADE CARPINA | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,75 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 0 | 1 | 0,5 | 4 | 2 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| DEL 1102 - CIDADE CABO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 0 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 1 | 1 | 4 | 3 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO CABO - CIDADE CABO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 0 | 0,5 | 3 | 2 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO RIBEIRÃO - CIDADE RIBEIRÃO | 1 | 0 | 1 | 1 | 0,50 | 1 | 0 | 0 | 0,33 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| DEL 1003 - MORENO | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,50 | 1 | 0 | 0 | 0,33 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO MORENO - CIDADE MORENO | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,50 | 1 | 0 | 0 | 0,33 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO GRAVATA - CIDADE GRAVATA | 1 | 0 | 0 | 1 | 0,50 | 1 | 0 | 0 | 0,33 | 1 | 0 | 0,5 | 3 | 2 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| DEL 1004 - CARUARU | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 0 | 0,5 | 2 | 6 | Sim | Sim | | | | | | | | | |
| PLANTAO CARUARU | 0 | 1 | 0 | 0 | 0,25 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 0 | 0,5 | 3 | 2 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO JURITI - CIDADE CARUARU | 1 | 1 | 1 | 1 | 0,75 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 0 | 0,5 | 3 | 2 | Sim | Sim | | | | | | | | | |
| POSTO SÃO CLETIANO - CIDADE SÃO CLETIANO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 0 | 0,5 | 2 | 1 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO QUIPAPA - CIDADE QUIPAPA | 1 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 0 | 0,5 | 1 | 1 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| DEL 1005 - GARANHUNS | 1 | 0 | 0 | 0 | 0,25 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO GARANHUNS - CIDADE GARANHUNS | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 0 | 0,5 | 2 | 1 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO CRUZEIRO DO NORDESTE - CIDADE CZ NORDESTE | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 0 | 0,5 | 2 | 1 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| DEL 1106 - SERRA TALHADA | 1 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO SERRA TALHADA - CIDADE SERRA TALHADA | 0 | 1 | 1 | 1 | 0,50 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 1 | 1 | 2 | 2 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO FLORESTA - CIDADE FLORESTA | 1 | 1 | 1 | 1 | 0,50 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| DEL 1107 - SALGUEIRO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 1 | 1 | 2 | 1 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| POSTO DE SALGUEIRO - CIDADE SALGUEIRO | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 0 | 0,5 | 2 | 1 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO DE OURICURI - CIDADE OURICURI | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 1 | 0 | 0,5 | 2 | 1 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO DO TREVO DO IBÓ - ORCÓ | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 0 | 1 | 0,5 | 4 | 1 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| DEL 1108 - PETROLINA | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 0 | 1 | 0,5 | 3 | 3 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO STA MARIA DA BOA VISTA - STA MARIA BOA VISTA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 0 | 1 | 0,5 | 3 | 2 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO SERRA DA SANTA - PETROLINA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 1,00 | 0 | 1 | 0,5 | 3 | 2 | SIM | SIM | | | | | | | | | |
| POSTO RAJUDA - CIDADE ? | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00 | 1 | 1 | 1 | 0,67 | 0 | 0 | 0 | 2 | 1 | NAO | NAO | | | | | | | | | |
| TOTAL DO SUB-INDICADOR | 60,00% | 35,00% | 55,00% | 45,00% | 48,75% | 100,00% | 95,00% | 65,00% | 86,67% | 70,00% | 55,00% | 62,50% | | | | | | | | | | | | | |
| COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS | 65,97% | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

ANEXO BRAVO



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

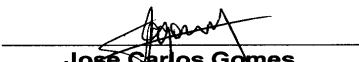
Esplanada dos Ministérios - Anexo II - Sala 501
Brasília-DF, CEP: 70064-900 - Fone : (61) 3429-9163

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativo ao exercício financeiro 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 200113 - **11ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária - PE.**

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 03 de março de 2009.



José Carlos Gomes
Contador Responsável
CRC/DF nº 9.261/O-7



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA**

Espanada dos Ministérios - Palácio da Justiça - Bloco T - SALA 302
Brasília - DF - CEP - 70064-900 - Fone (61) 3429-3758 E-Mail: sbpo@mj.gov.br



Ofício nº 110/2009/DPROG-SE-MJ

Brasília, 04 de março de 2009.

A Sua Senhoria o Senhor
MARCELO APARECIDO MORENO
Coordenador-Geral de Administração - CGA/DPRF
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
SEPN Quadra 506, Bloco C, Projeção 08.
Brasília - DF - CEP: 70.740-503

Assunto: Declaração de Contador Responsável - Processo de Tomada de Contas Anual - Exercício 2008.

Senhor Coordenador Geral,

1. Objetivando atender ao disposto na Norma de Execução nº 03/CGU/PR, de 19/12/2008, aprovada conforme Portaria/CGU/PR nº 2238, de 19/12/2008, encaminhamos a Vossa Senhoria, em anexo, **Declaração do Contador Responsável do Órgão - 30802 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal**, referentes às Unidades Gestoras, abaixo indicadas, que apresentarão Processo de Tomada de Contas Anual Individualizado - exercício 2008, pelas respectivas Unidades Gestoras:

- 200110 - 3º Distrito do DPRF; 200111 - 19ª SR/DPRF; 200112 - 16ª SR/DPRF; 200113 - 11ª SR/DPRF; 200114 - 10ª SR/DPRF; 200115 - 4ª SR/DPRF; 200116 - 5ª SR/DPRF; 200117 - 6ª SR/DPRF; 200118 - 7ª SR/DPRF; 200119 - 9ª SR/DPRF; 200120 - 2ª SR/DPRF; 200121 - 1ª SR/DPRF; 200122 - 14ª SR/DPRF; 200123 - 15ª SR/DPRF; 200124 - 18ª SR/DPRF; 200125 - 8ª SR/DPRF; 200126 - 12ª SR/DPRF; 200127 - 17ª SR/DPRF; 200128 - 3ª SR/DPRF; 200129 - 13ª SR/DPRF; 200130 - 20ª SR/DPRF; 200131 - 21ª SR/DPRF; 200139 - 2º Distrito do DPRF/TO; 200141 - 1º Distrito Regional do DPRF; 200232 - 5º Distrito Regional do DPRF e 200233 - 4º Distrito Regional do DPRF.

2. Outrossim, anexamos ao presente a Declaração emitida pela Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH/MJ, referente à apresentação da Declaração de Bens e Rendas, Ano-Base 2007- Exercício 2008, pelo contador responsável José Carlos Gomes, para inclusão nos autos.

Atenciosamente,


ADÉLIO CLÁUDIO BASILE MARTINS
Diretor de Programa/MJ

OFÍCIO/DPROG/SE - MJ - DPRF - DECLARAÇÕES